

JADILSON LOURENÇO DA SILVA

**A ROTATIVIDADE DOCENTE NUMA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO**

**Mestrado em Educação:
História, Política, Sociedade**

Pontifícia Universidade Católica – SP

2007

JADILSON LOURENÇO DA SILVA

**A ROTATIVIDADE DOCENTE NUMA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DE ENSINO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Paula Perin Vicentini.

Pontifícia Universidade Católica – SP

2007

BANCA EXAMINADORA

À memória de minha mãe, Hilde, pelo amor que dedicou, pelas virtudes que ensinou e as saudades que deixou.

À Tarsila, minha filha, que, com sua alegria, me ensina a ser pai todo dia.

À Cris que, sob a luz do seu olhar esconde encantos que cuidam dos cantos do coração.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Paula Perin Vicentini, orientadora dessa dissertação, pelo apoio, amizade, compreensão e paciência diante das minhas limitações e pela competente orientação nos momentos mais desafiadores.

À Prof^a. Dr^a. Alda Junqueira Marin, membro do Exame de Qualificação por suas valiosas sugestões que contribuíram para a realização dessa pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Maria das Mercês Ferreira Sampaio, membro do Exame de Qualificação por suas imprescindíveis contribuições e por suas inesquecíveis aulas.

A todos os Professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade que com suas aulas deixaram marcas indeléveis na minha formação.

À Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, pela concessão da Bolsa por meio do Programa Bolsa Mestrado.

À Betinha, secretária do EHPS, pelas gentilezas e amizade demonstradas nesse agradável convívio.

À Direção, aos colegas professores e aos funcionários da E.E. Benedito Fagundes Marques pelo apoio e incentivo.

Aos agentes escolares pela concessão das entrevistas e por suas preocupações com o ensino público.

Aos colegas do curso pelo convívio, conversas, apoio e alegrias que partilhamos juntos.

Aos meus familiares pelo apoio no momento de dor que se abateu sobre nós.

Aos meus amigos que acreditaram em mim.

RESUMO

Este estudo investiga a rotatividade docente na rede estadual paulista de ensino, tendo como campo de pesquisa uma escola estadual de ensino fundamental e médio do município de Franco da Rocha, entre os anos de 1997 e 2006. A rotatividade docente foi verificada a partir da não permanência dos professores de diferentes estatutos profissionais: efetivos, estáveis e ocupantes de função atividade (OFAs), durante os meses do ano e nos sucessivos anos letivos do período investigado. A coleta dos dados sobre a permanência dos professores na escola realizou-se por meio da análise dos Livros-Ponto dos docentes nos anos pesquisados. Verificou-se também, por meio de entrevistas semi-estruturadas, a percepção dos agentes escolares acerca da influência da rotatividade docente na organização do trabalho pedagógico da escola. Os resultados apontaram para a existência da rotatividade docente na rede paulista de ensino, manifestada nas diferentes categorias profissionais que compõem o sistema estadual de ensino. Nos anos de 1997 e 2003, o segmento que apresentou a menor rotatividade foi o dos professores estáveis, que são o de menor número em relação ao total dos docentes. Verificou-se também, na escola pesquisada, que os docentes efetivos – o segundo maior grupo de professores - apresentaram os maiores percentuais de rotatividade docente entre os anos de 1997 e 2006, Já os professores temporários – durante o período estudado, o maior grupo de professores – apresentam o segundo maior percentual de rotatividade docente, porém significativamente menor em determinados anos em relação aos efetivos, salientando que essa categoria não possui estabilidade no emprego e, a cada ano letivo, passam por um novo processo de atribuição de aulas, cujo critério é a pontuação por tempo de serviço. Resultados que contrariam o senso comum de que a estabilidade no emprego ocasiona a permanência. As entrevistas revelaram a percepção dos agentes escolares sobre a necessidade de elaboração de políticas públicas que evitem a precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Rotatividade docente. Professores de ensino fundamental e médio. Precarização do trabalho docente.

ABSTRACT

This study investigates the turnover rate of the teachers in the public education system of the State of Sao Paulo. The research field was an Elementary and High School in the city of Franco da Rocha, between 1997 and 2006. The teachers' turnover was verified from the fact that teachers from different professional status (permanent, temporary and stable) were not remaining in the same school throughout the year and the subsequent teaching years of the investigated period. The data collection about the stability of the teachers in the schools was done by the analysis of the class logbooks in the years researched. Through semi-structured interviews, it has been verified the perception of the school agents about the influence of the teachers' turnover in the organization of school's pedagogic work. The results pointed the existence of a high turnover rate in Sao Paulo, manifested in the different professional categories that compose the state school system. Between 1997 and 2003, the minor turnover was among the stable teachers, who are the minority. In the school researched it was also verified that the permanent teachers – the second biggest group of teachers – present the largest turnover rate between 1997 and 2006. The temporary teachers – the biggest group by the period – present the second largest rate. However, this ratio was significantly lower than the permanents. In some years, pointing out that category doesn't have job stability and, at each school year, have to go through a new process of selection to take classes, whose discretion is the time spent in the classroom. These results are the opposite of the common sense, that job stability evokes the permanence. The interviews also revealed school agents' perception about public policies that are needed to avoid the harming of teachers' work.

Keywords: Teacher's turnover. Elementary school and High-School teachers. Harming of teachers' work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Rotatividade dos Diretores na UE (1997-2006).....	31
Quadro 2 – Dados dos Livros-Ponto examinados, relativos aos anos de 1997, 2000, 2003 e 2006	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de docentes por categoria e região – setembro/2005.....	15
Tabela 2 – Distribuição de docentes por categoria e região – janeiro/2006.....	15
Tabela 3 – Rotatividade docente por categoria em 1997	43
Tabela 3.1 – Permanência dos docentes entre os meses de 1997.....	43
Tabela 4 – Rotatividade docente por categoria em 2000	44
Tabela 4.1 – Permanência dos docentes entre os meses de 2000.....	45
Tabela 5 – Rotatividade docente por categoria em 2003	45
Tabela 5.1 – Permanência dos docentes entre os meses de 2003.....	46
Tabela 6 – Rotatividade docente por categoria em 2006	47
Tabela 6.1 – Permanência dos docentes entre os meses de 2006.....	48
Tabela 7 – Rotatividade docente por categoria e ano na UE	48
Tabela 7.1 – Permanência docente por categoria e ano na UE.....	49
Tabela 7.2 – Número dos professores que permaneceram por categoria e ano e ao final do período estudado.....	51
Tabela 8 – Permanência dos professores de Artes por ano	54
Tabela 9 – Permanência dos professores de Biologia por ano	54
Tabela 10 – Permanência dos professores de Ciências por ano	55
Tabela 11 – Permanência dos professores de Educação Física por ano	55
Tabela 12 – Permanência dos professores de Filosofia por ano.....	56
Tabela 13 – Permanência dos professores de Física por ano	56
Tabela 14 – Permanência dos professores de Geografia por ano	57
Tabela 15 – Permanência dos professores de História por ano.....	57
Tabela 16 – Permanência dos professores de Inglês por ano	58

Tabela 17 – Permanência dos professores de Língua Portuguesa por ano.....	58
Tabela 18 – Permanência dos professores de Matemática por ano	59
Tabela 19 – Permanência dos professores de Química por ano.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEFAMA - Escola Estadual Benedito Fagundes Marques

DE - Diretoria de Ensino

DRHU - Departamento de Recursos Humanos

FEBEM - Fundação do Bem-Estar do Menor

HTPC - Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo

OFA - Ocupante de Função Atividade

PEB II - Professor de Educação Básica II

PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SEE-SP - Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

UE - Unidade de Ensino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
A rotatividade docente: algumas considerações a respeito	20
CAPÍTULO II	
OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: O EXAME DOS LIVROS-PONTO E A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	30
CAPÍTULO III	
ROTATIVIDADE DOCENTE, ESTATUTO PROFISSIONAL E DISCIPLINA MINISTRADA	42
CAPÍTULO IV	
A ROTATIVIDADE DOCENTE NA VISÃO DOS AGENTES ESCOLARES	63
4.1 O início na profissão e a chegada na escola	64
4.2 A percepção dos agentes escolares sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola	66
4.3 A percepção dos agentes escolares sobre a precariedade ou decadência das condições de trabalho.....	71
4.4 A percepção dos agentes escolares sobre a rotatividade docente e suas implicações	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES.....	84
ANEXOS	86

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa identificar os níveis de rotatividade docente existentes numa escola da rede estadual de ensino, localizada na região central de uma cidade da região metropolitana de São Paulo, com vistas a verificar de que maneira esse fenômeno se associa às características do corpo docente em relação ao estatuto profissional de seus integrantes (efetivo, precário ou estável) e às disciplinas sob sua responsabilidade. Para tanto, registrou-se o tempo de permanência dos professores na Unidade Escolar (UE) investigada num intervalo de dez anos (1997 a 2006) mediante o exame das Folhas de Frequência dos Livros-Ponto, tomando como critério para a coleta de dados a realização de concursos públicos para a contratação de docentes para atuar no segundo ciclo do ensino fundamental e também no ensino médio (PEB II). Tal escolha deveu-se ao impacto causado na composição do corpo docente da rede estadual pelo ingresso dos professores efetivos que, por sua vez, diminui o número dos que foram contratados em caráter precário durante o período em que esse tipo de seleção não ocorreu. Esse estudo procurou, ainda, verificar como alguns dos profissionais atuantes na escola em questão vêem o fenômeno da rotatividade.

Atuando como professor em escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio desde 1988, constatou-se a importância de se estudar a rotatividade docente, porque se pôde observar que as mudanças ocorridas no corpo docente das escolas interferiam no processo de ensino-aprendizagem de formas distintas. A minha experiência como professor mostrou que a implementação das várias ações pedagógicas propostas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo dependia da possibilidade de continuidade dos projetos iniciados nos anos que se seguiam. Ainda, de acordo com a minha experiência, pôde-se notar que um dos principais fatores que permitiam tal continuidade era a permanência do docente na escola por mais de um ano letivo. Obviamente, não se pretende afirmar aqui que a implementação de uma proposta pedagógica governamental obtém os resultados esperados unicamente devido à permanência dos docentes por anos a fio em uma determinada UE. Essa questão é mais complexa e exigiria um estudo de outra natureza, que considerasse outros fatores que interferem na implementação de projetos pedagógicos diversos, mas – no meu entender – a

importância da permanência dos docentes na instituição escolar não pode ser menosprezada. Entendendo o professor como elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho escolar, Séron (1999, p. 37-38) afirma que os professores constituem “um componente essencial do sistema educativo, de onde surge e se configura como seu agente mais estável, por sua permanência ao largo de toda uma vida: a carreira docente”.

Constatei que, em algumas dessas escolas, com a mudança de professores, houve diminuição do rendimento escolar, aumento da indisciplina e de depredação do patrimônio. Sob as mais diversas justificativas, destaca-se a visão por parte dos alunos de que [...] *essa escola é uma bagunça, [...] os professores sempre mudam, ninguém quer ficar aqui* [...] dentre outras afirmações semelhantes que contribuem para reforçar a imagem negativa que eles possuem acerca das mudanças de docentes. Já em outras unidades escolares tais alterações permitiram novas realizações de interesse dos alunos, pois professores recém-chegados contribuíram enfaticamente para a melhoria das relações escolares, incentivando desde a formação do grêmio estudantil até a escolha de monitores para a sala de informática que antes ficava fechada, fatos esses que colaboraram para o aumento da frequência às aulas e a diminuição de atos violentos nos intervalos. Cabe observar que a rotatividade pode se manifestar também entre os chamados “gestores” que são os atuais membros do quadro diretivo da escola, tais como: diretor, vice-diretor e professor coordenador, sujeitos aos mesmos critérios de remoção dos professores, podendo trazer graves conseqüências para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

O problema da rotatividade dos professores chegou a ser objeto de comentário do editorial *Folha de S. Paulo* sobre recentes atos administrativos do Governo do Estado que alcançaram a repercussão em noticiários de grande circulação ao ser relacionado com as questões inerentes à gestão da escola ou da organização do trabalho pedagógico. A *Folha de S. Paulo*, em seu editorial de 08 de outubro de 2005, ao tratar da retirada de um projeto de lei, por parte do Governo Estadual, que limitava o período de contratação de professores temporários do ensino básico por seis meses e podendo ser renovável por igual período, afirma “que 40% (quarenta por cento) dos docentes do Estado são contratados como temporários” e, caso a lei fosse aprovada, “as escolas estaduais seriam obrigadas a

mudar quase todo seu quadro atualmente” contribuindo, assim, para uma situação precária das condições de ensino.

As conseqüências adversas dessa rotatividade excessiva de professores para a qualidade do ensino são ponto pacífico entre os especialistas e foram reconhecidas, ainda que a posteriori, pelo governo do Estado. Assim prevaleceu o bom senso e o governador reconheceu o erro. (EDITORIAL. FOLHA DE S. PAULO, 08/10/2005, p. 2)¹

A rotatividade docente é um fato presente no cotidiano das escolas, mas ainda pouco estudado pela produção educacional. Nas primeiras tentativas no sentido de compreender como essa questão é tratada nas pesquisas educacionais, defrontei-me com inúmeras dificuldades para a obtenção de dados a esse respeito. Ao conversar com os colegas de trabalho, notei que eles percebiam a rotatividade docente de maneiras diferenciadas, mas ao buscar os dados que comprovassem a sua existência na rede oficial de ensino, bem como as suas implicações, constatei que havia apenas indícios da ocorrência desse fenômeno no ambiente escolar.

Tais indícios de rotatividade encontram-se nas diferentes possibilidades de contratação de professores pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP), que prevê três categorias para o enquadramento funcional do Professor de Educação Básica II (PEB II), o efetivo, o estável e o ocupante de função atividade (OFA), sendo que os dois primeiros possuem a estabilidade no emprego e o OFA não, porque é contratado temporariamente apenas para o ano letivo. No entanto, todos estão sujeitos a essas mudanças de escola, por opção ou ação contratual, as quais serão explicadas no decorrer desta pesquisa.

As **Tabelas 1 e 2** mostram a distribuição de docentes por categoria profissional e região, segundo os dados elaborados pelo Departamento de Recursos Humanos (DRHU) da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP) que evidenciam a existência de dois tipos de docentes numa mesma rede de ensino:

¹ Recentemente, no mesmo periódico, um de seus articulistas, em sua coluna semanal, menciona a alta rotatividade de “diretores e professores” como efeito das baixas condições de trabalho, especialmente na periferia das grandes cidades. Dimenstein, Gilberto. *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, 04/02/2007, p. C9.

o efetivo que tem estabilidade em relação ao cargo no magistério oficial ² e o outro como ocupante de função atividade (OFA) que são contratados temporariamente para exercerem o magistério na rede pública de ensino. Tais dados referem-se ao Estado de São Paulo e a região pertencente à Diretoria de Ensino de Caieiras que compreende os municípios de Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha, Francisco Morato e Mairiporã, respectivamente entre os meses de setembro de 2005 e janeiro de 2006.

Tabela 1 – Distribuição de docentes por categoria e região

PEB II*	PEB II – efetivos	PEB II – não efetivos	TOTAL
ESTADO	74395	77459	151854
D.E. CAIEIRAS	852	1481	2333

Fonte: DRHU – Secretaria de Estado da Educação-SP/set/05

* Professor de Educação Básica II (PEB II) compreende os docentes dos ensinos fundamental e médio.

Tabela 2 - Distribuição de docentes por categoria e região

PEB II	PEBII – efetivos	PEB II - não efetivos	TOTAL
ESTADO	78856	67197	146053
D.E. CAIEIRAS	1145	1276	2421

Fonte: DRHU – Secretaria de Estado da Educação-SP/jan/06

Analisando a **tabela 1**, verifica-se que a quantidade de Professores de Educação Básica II não efetivos (OFAs) é ligeiramente maior que o seu oposto e os dados da Diretoria de Ensino de Caieiras, quando verificados, acompanham a tendência estadual, ou seja, também apresentam um número maior de docentes não efetivos. Pode-se, mediante os dados apresentados, inferir que no estado de São Paulo, há uma grande quantidade de professores sujeitos a diferentes “fatores institucionais e psicossociais” (ABRANCHES, apud TEIXEIRA, 1988, p.47), que tendem a imprimir uma mudança significativa no interior das Unidades Escolares (UE) no início ou durante o ano letivo. Na Diretoria de Ensino (DE) de Caieiras

² Conforme será exposto mais adiante, os estudos de Ferreira (2006) e Ferreirinho (2004) mostram que esses docentes podem não permanecer nas escolas em que ingressam.

essa rotatividade docente tende a ser grande, pois a maior parte dos seus docentes é formada por PEB II não efetivos. Cabe lembrar que a SEE-SP não disponibiliza dados por município apenas por região de diretorias.

É relevante salientar que, mesmo com a realização do último concurso em 2003 e o aumento de professores efetivados em relação aos ocupantes de função no Estado de São Paulo, conforme os dados do **tabela 2**, a situação da rotatividade docente permanece devido à possibilidade que o Professor de Educação Básica II (PEBII) efetivo tem de se remover de uma escola para outra no mesmo ou em municípios diferentes, dentro do Estado de São Paulo³. Ainda assim, nesse mesmo **tabela 2**, constata-se um número maior de professores não-efetivos na região da Diretoria de Ensino de Caieiras.

A escola onde a pesquisa foi desenvolvida situa-se no município de Franco da Rocha que, por sua vez, localiza-se na região metropolitana de São Paulo, a 40 Km da capital. Durante muitos anos, a vida socioeconômica do município centrou-se em torno do Hospital Psiquiátrico do Juquery, o primeiro no país a implantar um sistema de tratamento laborterápico⁴, tornando-se, assim, um grande centro econômico, político, cultural e científico da Região. Na década de 1960, a população de pacientes era maior do que a de cidadãos, basicamente composta por funcionários públicos. Já na década de 1970, vários loteamentos de baixo padrão foram implantados e a cidade passou a receber migrantes do norte e nordeste (estes, hoje, representam 70% da população), transformando-a em uma “cidade dormitório”, na qual os trabalhadores utilizam o transporte ferroviário para ir à capital trabalhar e retornam à cidade apenas para dormir. Atualmente, estima-se que a população de Franco da Rocha está em torno de 150.000 habitantes.

A indústria é incipiente e o comércio é a atividade econômica mais forte da região; recentemente, esse setor expandiu-se, com a instalação, na cidade, de lojas de varejo de móveis e eletrodomésticos das grandes redes nacionais. O Governo Estadual continua sendo o maior empregador da cidade, com inúmeros equipamentos públicos na área de segurança pública (Penitenciárias, Manicômio Judiciário, FEBEM, Corpo de Bombeiros, Batalhão de Polícia Militar e Delegacia

³ Resolução SE nº 87, de 24 de julho de 1998, que disciplina a remoção de titulares de cargos da Carreira do Magistério, por concurso de títulos ou por união de cônjuges.

⁴ Método de tratamento psiquiátrico que procura desenvolver e aproveitar o interesse do paciente por um determinado trabalho ou ocupação, atualmente é mais utilizado o termo terapia ocupacional.

Seccional da Polícia Civil), da saúde (Hospital Psiquiátrico Juquery e seus agregados) e na área da educação (escolas públicas estaduais e municipais).

Tais características da cidade são importantes para entender o significado da escola onde se desenvolveu a pesquisa na região. A escolha da Escola Estadual Benedito Fagundes Marques - BEFAMA⁵ - nome pelo qual é conhecida na cidade - para a realização desta pesquisa deve-se às informações levantadas previamente sobre o elevado grau de rotatividade docente que a caracteriza devido à sua localização central. A tradição dessa instituição de ensino fundamental e médio em Franco da Rocha também foi um fator importante para escolhê-la como campo empírico do presente estudo. Essa escola foi criada em 1950 e começou a funcionar em 1952, num prédio já demolido doado pela Associação “Cinco de Maio” (dos funcionários do Hospital do Juquery). Foi o primeiro ginásio e colégio da região. Em 1954, o prédio anterior foi incendiado e o atual foi ocupado em 1971. Todas as atividades culturais relacionadas aos jovens como fanfarras, bandas, corais e grupos de teatro concentravam-se no BEFAMA por ser o único colégio da cidade. No entendimento da ex-diretora da escola, a instituição:

era uma escola central, era um desafio, era uma grande escola, uma escola de Ensino Médio, Ensino Fundamental, uma escola que tinha uma relação muito íntima com a história da cidade, porque foi a primeira escola de ginásio, não só em Franco da Rocha, mas também na região (...) Ela já é referência, tem uma marca, tanto que essa coisa do “Befama” nenhuma outra escola possui. Foi a primeira e isso é fundamental, todo mundo estudou lá. Todos os profissionais de hoje da cidade, da região, desde os que estão dando aula aos que estão em outras carreiras, passaram por ela. Porque o Befama, foi uma escola criada no momento em que a escola pública tinha qualidade e possui uma relação com a história da cidade, isso é especial e contribui para torná-la uma referência. (Ex- Diretora de Escola)

Um professor fornece informações importantes sobre a escola, ao relembrar aspectos do seu passado:

O BEFAMA era uma escola que se localizava num casarão. Havia uma sala com um pilar no meio, e o aluno mal podia enxergar a lousa, porque o pilar atrapalhava. Era uma escola que, embora

⁵ A denominação pela qual é conhecida a escola é uma abreviatura das sílabas iniciais do patronímico.

estivesse em Franco da Rocha, tinha alunos de toda a região, inclusive de Perus e da Freguesia do Ó, de São Paulo [...] Nós tínhamos muitos alunos. A escola não comportava - isso em 1970 -, tanto é que em 1971, em agosto, nós fomos transferidos para a unidade nova, que é a atual. Ela já tem seus 36 anos. Fica bem aqui na entrada do Hospital do Juquery. Uma escola bem maior, com 17 salas, novinha. Veio até o Secretário da Educação, mais o Delegado de Ensino de São Paulo aqui, e mais políticos, e prefeitos, e vereadores, para a inauguração. (Professor 1)

Os depoimentos destacados aqui fornecem uma idéia de como a escola era vista há aproximadamente trinta anos, pelos agentes escolares e pela comunidade local. No decorrer desse período, a Unidade Escolar (UE) já teve cursos profissionalizantes de Eletricidade e Magistério, tendo sido também Escola Padrão⁶. Em 1987, a cidade sofreu a maior enchente da sua história e todo o pavimento térreo da escola ficou submerso, demandando reformas posteriores. Até o início da década de 80, a escola atendia os alunos do centro e adjacências no ensino fundamental e no tocante ao ensino médio, alunos de todos os bairros. Hoje, apenas 30% dos alunos são moradores do centro, atendem-se inclusive alunos da zona rural.

Atualmente a escola funciona em três períodos: no matutino, ensino fundamental de ciclo II e médio, no vespertino apenas o fundamental e no noturno, ensino médio regular e de suplência. Conta com 17 salas de aulas, uma sala ambiente de informática, uma sala de leitura, uma sala de vídeo, uma biblioteca escolar e um laboratório de ciências. Devido aos aspectos apresentados pela escola, como a localização central, tradição e o grande número de aulas das diversas disciplinas que constituem jornadas completas de trabalho, a mesma serve como pólo de atração aos docentes, seja para ingresso na carreira por meio de concurso público ou no simples processo de atribuição de aulas que ocorre todo início de ano letivo.

Quanto ao corpo docente da escola, há informações de que, inicialmente, este era majoritariamente composto por professores vindos de fora da cidade, conforme o relato de um dos professores entrevistados:

⁶ Sobre o tema consultar: Fortunato, Maria Pinheiro. O desafio da gestão participativa na escola pública no estado de São Paulo e o desencontro do sistema central burocratizado, Dissertação de mestrado, PUCSP, 1998.

Nós tínhamos professores de Campinas, de Jundiaí, de São Paulo, e muito poucos professores daqui. Talvez dois daqui. Logo que as aulas no Estado começaram a não render mais, eles passaram a trabalhar em universidades, a maioria. Eles tiveram o seu berço aqui nessa escola, e daqui eles foram trabalhar em faculdades e universidades. Nós tínhamos três de Campinas, que vinham às vezes de trem ou de carro; mais dois ou três de Jundiaí; e mais dez de São Paulo. Nós tínhamos dois professores apenas que moravam aqui: a professora de Biologia e a professora de Inglês, que estudou, inclusive, nessa escola. Os demais vinham de São Paulo, de trem ou de carro. O trem era muito confortável e muito oportuno, por quê? Porque ele tinha os horários coincidentes com os horários de entrada e saída das aulas. Era fácil vir a São Paulo, pela Santos – Jundiaí. E o pessoal de Campinas, e de Jundiaí, às vezes faziam lá o mutirão, ou faziam lá um rodízio de carros, e vinha cada dia num carro. Como o salário era bom, para eles compensava. Isso de 70 até 74, 75. Depois não compensava mais. (Professor 1)

Hoje, a situação do BEFAMA é um pouco diferente uma vez que a maioria de seus professores reside na cidade, porém isso não garante a permanência na UE, uma vez que a rotatividade docente continua a ocorrer com frequência na escola, conforme demonstram os dados analisados.

*

* *

No capítulo 1 apresento algumas considerações sobre a rotatividade docente procurando mostrar como essa questão é tratada de forma direta e indireta em alguns estudos educacionais.

No capítulo 2, explico os procedimentos utilizados neste estudo, apresentando, ainda, uma caracterização da principal fonte desta pesquisa: o Livro-Ponto docente.

No capítulo 3, analiso os dados sobre a rotatividade docente na escola investigada, considerando o estatuto profissional do corpo docente da instituição e as disciplinas ministradas no ensino Fundamental e Médio.

No capítulo 4, analiso, a percepção dos agentes escolares sobre a rotatividade docente por meio das entrevistas realizadas.

CAPÍTULO I

A ROTATIVIDADE DOCENTE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO

Inicialmente, convém esclarecer que se entende aqui a rotatividade docente como a não permanência na escola, de professores, durante o ano letivo ou de um ano para outro. Dito de outro modo, tal fenômeno refere-se à existência de um determinado número de professores que iniciam o ano letivo numa escola mas não chegam ao seu término ou mudam de instituição de um ano para outro, comprometendo a permanência do seu corpo docente e as possibilidades de continuidade do trabalho desenvolvido. No presente capítulo, pretende-se mostrar como esse fenômeno é tratado de forma direta ou indireta em alguns estudos produzidos na área educacional.

Em Chakur et al. (1990, p. 31), a rotatividade é definida como “o processo de troca anual das escolas pelos professores”. As autoras ressaltam que esse fenômeno pode ser associado à itinerância, isto é, “ao trabalho em mais de uma escola durante o mesmo ano, apesar da sediação formal em uma única” (CHAKUR et al., 1990, p. 31). Cabe ressaltar que, o presente estudo, detém-se à análise do fenômeno da rotatividade docente, sem, contudo, menosprezar as observações feitas pelas autoras acerca da itinerância. Além disso, não se verificou aqui a troca de escolas pelos professores, mas sim a permanência do corpo docente de uma instituição de ensino ao longo do ano letivo e no período compreendido entre 1997 e 2006.

Investigando a permanência, o que se nota é a ausência de certo professor na escola que é substituído por outro no desempenho de sua função, isto é, o professor que assume uma turma no início do ano letivo, ministrando certa disciplina, e que não a acompanha até o final, ou ainda, não acompanha ao longo dos anos do processo ensino-aprendizagem. Cabe ressaltar aqui que não é somente no Brasil que se evidencia a rotatividade docente, ela também está presente, por exemplo, em outro país de língua portuguesa, conforme mostra o estudo de CAVACO (1999). A autora, ao analisar o ofício do professor em tempo de mudanças em Portugal, constata esse fenômeno, dentro do ciclo de vida profissional de muitos docentes

iniciantes⁷, que se removem de escola para outra. Nos relatos transcritos pela autora, pode-se notar os prejuízos causados no cotidiano escolar por essas constantes mudanças de professores.

Todos os anos mudamos, todos os anos se desagregam os grupos de trabalho. Isto é terrível até sob o ponto de vista afectivo. É com os empregados, é com os colegas, é com os alunos, é com os projectos de trabalho, é com os sonhos que as pessoas têm. As pessoas estão sempre a elaborar projectos [...]. Já começo a não sonhar nada [...] (D/2) (CAVACO, 1999, p. 164).

Na mesma entrevista, outro professor faz a seguinte consideração:

A mobilidade do corpo docente gera logo a incerteza e a insegurança. Não se pode fazer nenhum trabalho em continuidade e isso acaba por mudar as pessoas [...] as pessoas alienam-se (N/2) (CAVACO, 1999, p. 164).

Pode-se dizer, portanto, que a não permanência de docentes na escola é um problema que ultrapassa fronteiras, embora sob circunstâncias diferentes de um país para outro. No caso brasileiro, esse fenômeno ainda tem sido pouco estudado. Dentre os trabalhos voltados especificamente para essa questão, convém mencionar aqui o de Vêras (2002) que, tomando duas escolas de Ensino Médio do Distrito Federal, uma no Plano Piloto de Brasília e outra na zona rural, constatou um índice de 86% de rotatividade de professores em ambas. Tendo como base a Teoria das Relações Humanas, a autora considera a rotatividade docente um “malefício ao projeto educativo das escolas quanto para o processo de aprendizagem”. Em seu entender, a permanência do professor na escola depende da capacidade de gerenciamento de seus líderes que, trabalhando aspectos motivacionais, com técnicas advindas da “Psicologia Industrial ou Organizacional”, tendem a criar um ambiente de trabalho motivador que determinará a permanência do docente.

O presente estudo difere do de Vêras (2002), de vez que aqui a rotatividade docente é vista como um fenômeno escolar que independe da realização de ações motivacionais, promovidas pelos agentes escolares em seus ambientes de trabalho para garantir permanência dos docentes na UE. Isto porque se entende que a

⁷ Sobre “o ciclo de vida profissional dos professores”, consultar Huberman (1995), In: Antonio Nóvoa (org.). 1995. *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 2ª ed.

mudança de escola por parte dos professores deve ser compreendida com base na política de administração de pessoal da SEE-SP que permite a mobilidade docente. A esse respeito, o estudo de Teixeira (1988) sobre a política e a administração de pessoal docente do estado de São Paulo oferece uma importante contribuição, pois a autora atém-se às *mudanças existentes no quadro de funcionários ou servidores⁸ do Estado* e faz uso do termo mobilidade num enfoque sociológico. Ela refere-se à mobilidade horizontal – passagens de indivíduos ou grupos no interior de uma mesma classe social – e vertical – relativa à mudança de uma classe para outra de forma hierarquizada. Segundo Teixeira (1988), a mobilidade funcional é um instrumento de renovação ou de ajustamento dos quadros de pessoal do Estado, nas seguintes formas: transposição, acesso, transferência e remoção⁹. Veja-se sucintamente cada uma delas. A transposição é considerada um instrumento de mobilidade tanto funcional quanto vertical¹⁰

consiste na passagem do funcionário ou servidor de um cargo ou função atividade de conteúdo ocupacional diverso, efetuada mediante processo seletivo especial, respeitadas as exigências de habilitação, condições e requisitos do cargo a ser provido (TEIXEIRA, 1988, p. 64).

O acesso é uma forma de mobilidade funcional “utilizada na administração de pessoal docente” (TEIXEIRA, 1988, p. 65) que se dá mediante processo seletivo para o funcionário integrar a classe imediatamente superior àquela em que se encontrava. A transferência “é a passagem de um cargo ou função-atividade de uma para outra unidade do mesmo Quadro ou de Quadros diversos, respeitada a lotação das referidas unidades” (TEIXEIRA, 1988, p. 65), sendo um instrumento de mobilidade horizontal que não se aplica aos membros da Magistratura, do Ministério Público e do Magistério, por já terem regime próprio que os disciplina. Finalmente, a quarta e última forma de mobilidade, que é a remoção, aplica-se ao magistério por ser seu regime próprio de transferência e consiste “na mudança do funcionário ou servidor de uma unidade para outra da mesma Secretaria, para cargo idêntico ao

⁸ A Constituição Brasileira de 1988 equipara os funcionários aos servidores na mesma categoria, desfazendo as distinções existentes anteriormente.

⁹ Lei Complementar nº 180/78.

¹⁰ Situação em que os cargos tanto podem estar situados no mesmo nível, como em um nível superior da escala hierárquica. Teixeira (1988).

que ocupava“ (TEIXEIRA, 1988, p. 65) e essa modalidade é considerada horizontal. Vale destacar que essa última forma de mobilidade apontada pela autora permite ao docente efetivo mudar de uma escola para outra, configurando, assim, a possibilidade institucional da rotatividade dentre uma das categorias do magistério que é a dos efetivos.

Teixeira utiliza-se do estudo de Abranches para afirmar que

existem fatores ou condicionantes estruturais, institucionais e psicossociais interferindo e, de certa forma, determinando o comportamento da administração pública e, portanto, da política de pessoal (ABRANCHES apud TEIXEIRA, 1988, p. 47).

De acordo com Abranches, as escolhas feitas pelos agentes escolares em relação à permanência numa determinada escola podem ser decorrentes de condicionantes estruturais ou psicossociais. Por *fatores institucionais*, entendem-se aqueles que estão sujeitos a uma organização administrativa do Estado e, por *fatores psicossociais*, os que dizem respeito às ações do indivíduo e de seu comportamento dentro da organização escolar. Assim, é possível inferir que a permanência dos professores nas instituições em que atuam pode depender tanto de um desses fatores quanto de uma combinação de ambos. Vale ressaltar, ainda, que tanto a possibilidade dos professores efetivos se removerem quanto a falta de estabilidade que caracteriza o estatuto profissional dos OFAs não devem ser entendidas como determinantes da rotatividade docente, mas sim como elementos facilitadores para a sua ocorrência.

No que diz respeito aos professores efetivos, cabe aqui tecer algumas considerações sobre os fatores que podem levá-los a recorrer à remoção. Ferreira (2006), ao investigar o perfil dos professores de história que ingressaram no concurso efetuado em 2003, chamou a atenção para os deslocamentos a que boa parte deles foi submetida ao se efetivarem no magistério estadual devido à inexistência de vagas na região em que se inscreveram – levando-os à escolha de instituições bastante distantes do local de origem: a título de exemplo 17,1% percorreram entre 210 a 300 Km, 14,7% 310 a 400 Km e 24,3% 110 a 200 Km, de modo que 56,1% dos docentes de história que se efetivaram nesse último concurso se deslocaram mais 100 Km de suas cidades de origem para assumir o seu cargo na

rede estadual de ensino¹¹. Segundo o autor, a realização do concurso de 1998 era uma antiga reivindicação das entidades representativas do magistério¹² porque existia na rede estadual de ensino uma “rotatividade de professores”, contratados em caráter precário, que se constituía como um dos principais problemas da escola pública com prejuízos ao trabalho educativo:

Um dos principais problemas enfrentados pela escola pública era a alta rotatividade de professores, decorrentes do alto índice de professores temporários, o que vinha prejudicando a construção de um vínculo efetivo entre professor e escola e entre seus pares dificultando a realização do trabalho educativo (FERREIRA, 2006, p.3).

Vale ressaltar que Catani e Vicentini (2004), ao analisarem os relatos de professoras primárias cuja carreira se iniciou antes da década de 1950, já haviam constatado a frustração vivida por essas pessoas em decorrência da efetivação longe do seu local de origem, demonstrando assim que o ingresso no magistério pode trazer consigo um sentimento ambíguo de expectativa e posterior frustração:

Segundo os relatos, as professoras primárias, na escolha da “cadeira”, eram obrigadas a se deslocar para o interior, onde estava o cargo, em regiões longínquas, isoladas e sem nenhuma infraestrutura para a realização do trabalho ou para a sua própria vida pessoal [...] O sentimento de isolamento e de vulnerabilidade marcava a vida dessas professoras, que sem perspectivas tentavam se remover para escolas com mais condições, de preferência na capital. As expectativas em relação à remoção são relatadas nas autobiografias, sendo que esse desejo nem sempre é realizado, ou só se concretiza no fim da carreira. (CATANI; VICENTINI, apud FERREIRA, 2006, p. 10).

Cabe ainda destacar as contribuições de Pereira (1969) para a compreensão do fenômeno da rotatividade docente, a qual, denomina por **mobilidade** distinguindo-a em horizontal e vertical:

Com referência aos casos de mobilidade permitida definem-se, pois, dois padrões de mobilidade no interior do sistema escolar: um de

¹¹ Para obtenção dos dados completos, ver Ferreira (2006), quadro 3, p.77.

¹² As entidades representativas da categoria citadas por Ferreira (2006) são: o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e o Centro do Professorado Paulista (CPP).

mobilidade horizontal e outro de mobilidade vertical [...] Devido à ramificação geográfica do sistema escolar primário público estadual, os membros dele participantes acham-se dispersos pela extensa área do Estado. Por isso, a mobilidade horizontal ou vertical implica, quase sempre, ***mobilidade de um estabelecimento a outro, ou seja, mobilidade espacial***, circunscrita aos limites de um certo município ou entre um município e outro. Estudamos aqui a mobilidade dos professores que atualmente trabalham no município de São Paulo, e, ainda assim, deixamos de lado a mobilidade possível dos professores não efetivos, porquanto focalizamos a *remoção* dos professores enquanto direito concedido àqueles que gozam de estabilidade no cargo, isto é, aos *efetivos*. (PEREIRA, 1969, p.90, grifo nosso)

Hoje, o fluxo é inverso: embora alguns saíam da capital e vão para o interior, “a maioria sai do interior para a capital ou Grande São Paulo onde, atualmente, encontra-se o maior número de vagas disponíveis”. (FERREIRA, 2006, p.83). Observa-se, pelo estudo de Catani e Vicentini (2004) e Ferreira (2006), que o deslocamento de professores no passado e no presente para se efetivarem na rede estadual de ensino é um fator que contribui para a ocorrência da rotatividade docente, porque esses professores, ao procurarem estar mais próximos de seus familiares e amigos, mudam de escola por meio de dispositivos legais e, com isso, a escola fica sujeita a constantes trocas de professores entre um ano letivo e outro. Esse é o caso do BEFAMA em que o anseio de ir embora, quando nem bem se chegou, é evidente. A existência do concurso de remoção é sempre uma esperança na vida da maioria dos seus professores. A possibilidade da remoção que representa um novo deslocamento do professor (só que dessa vez para perto do seu local de origem) tende também a frustrar aqueles que esperam que o concurso público signifique a permanência do corpo docente na UE. Não obstante, o ingresso por concurso ainda é visto como a principal maneira para se obter a permanência e a estabilidade na carreira docente.

Entretanto, não se pode afirmar que os deslocamentos a que são obrigados os professores para se efetivarem e a busca que daí decorre para retornar ao seu local de origem sejam responsáveis pela existência da rotatividade docente, uma vez que esses professores podem também não conseguir sequer se remover de suas escolas de ingresso, ou ainda, queiram por motivos pessoais permanecer na nova região em que se instalaram. Porém, a possibilidade da remoção por parte dos

docentes efetivos (titulares de cargo) é um elemento facilitador para a existência da rotatividade docente.

Além disso, as características de algumas instituições escolares também devem ser consideradas na tentativa de compreender a ocorrência desse fenômeno. Ferreirinho (2004), ao estudar uma escola da rede municipal de ensino, buscando compreender como se dá o processo de socialização e a aquisição das normas práticas da escola por professores iniciantes, depara-se com uma escola que possui constantes mudanças de professores e as chama de “escola de passagens” onde sempre se tem a sensação de recomeço.

A escola em questão não era uma escola em que as pessoas pensem em permanecer. As professoras, coordenadores, escolhem porque “sobra”, pois, na verdade não é projeto de ninguém. Todos vêm entrando pensando na saída. Ao final do ano, quase todos têm estado inscritos nos processos de remoção esperando a lista como quem espera o resultado da loteria, querendo trabalhar mais próximos de casa, querendo trabalhar com outra realidade, querendo trabalhar em equipe [...] (FERREIRINHO, 2004, p.45).

A marca dessas escolas é a “transitoriedade” (FERREIRINHO, 2004, p.45) e essa referência conduz a um estado de indiferença coletiva em relação às coisas da escola e às pessoas que nela convivem. Porém, não sendo objetivo desta pesquisa identificar se a escola BEFAMA é uma “escola de passagem”, deve-se ao menos reconhecer que esta apresenta alguns aspectos semelhantes à realidade retratada. Nota-se, nos estudos mencionados até aqui, que o deslocamento de professores de suas regiões de origem pode influenciar, mas não determinar a formação das “escolas de passagem”, nas quais a permanência do docente fica comprometida. No entanto, está-se abordando aqui alguns aspectos facilitadores da rotatividade docente, que não possuem entre si nexos causais, apenas uma proximidade relacionada à situação vivida por professores que se deslocam em busca da estabilidade na carreira, podendo ingressar em escolas que não almejam permanecer.

Já no que diz respeito aos docentes contratados a título precário, cabe mencionar o estudo de Siqueira (2006) sobre o recrutamento e a seleção dos Professores pós-municipalização em Jundiaí. O autor privilegiou a análise das formas de contratação temporária ou por tempo determinado, uma vez que esse

fenômeno, mesmo tendo sido constatado por várias pesquisas (TEIXEIRA, 1988; GOMES, 1998; COSTA, 1999) pelo fato de ser bastante representativo no Brasil, é pouco investigado pela produção da área que privilegia a realização de concursos públicos como forma de recrutamento e seleção dos professores. Segundo o mesmo autor, em Jundiaí os professores são contratados em caráter temporário por meio das Escalas Rotativas:

Estas são realizadas anualmente pela Secretaria Municipal da Educação para selecionar professores para exercer funções docentes e de especialistas de educação, tendo por base a já citada Lei nº. 4.250, de 03 de novembro de 1993. Para integrar as Escalas Rotativas, os professores inscritos passam por processos seletivos realizando, na 1ª fase, prova escrita e, na 2ª fase, prova de informática. Os professores devidamente habilitados para a área de atuação pretendida são classificados considerando-se o somatório dos pontos obtidos nas provas. Dentre os aprovados, os selecionados são admitidos por seis meses. Terminando o contrato, este poderá a critério da SMECE ser prorrogado por mais seis meses; em seguida, o professor deve ficar afastado por pelo menos seis meses para retornar à rede municipal. Em razão do período em que são abertas as inscrições para as Escalas Rotativas, esse afastamento estende-se por um ano. Apesar de serem contratados pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), os mesmos não têm direito ao plano de carreira do qual somente efetivos usufruem (SIQUEIRA, 2006, p.46).

Verifica-se, no estudo de Siqueira (2006), que a precariedade do trabalho docente vai assumindo novas formas (essas mais sutis): o regime de trabalho das escalas rotativas impede a formação de vínculos entre os professores, pois esses são obrigados a “ficar fora da rede” por pelo menos seis meses antes de poderem retornar. As intenções do poder público municipal, ao adotar esse regime de contratação de professores, não são claras, porém ao submeter o professor a essa “quarentena” forçada, caracterizam uma nítida quebra de eventuais vínculos que poderiam se formar no cotidiano escolar.

Ghanem (2004) também aponta para esse problema ao tratar da condição de trabalho dos professores temporários estabelecendo relação com a organização do trabalho pedagógico:

Ainda em relação à situação do magistério, o grande número de professores admitidos em caráter temporário (ACTs) afetou práticas de ensino nas escolas mantidas pelo governo estadual. Isso porque

esses professores não-concursados, diante da necessidade de ensinar em várias escolas, não podem se envolver no desenvolvimento de projetos pedagógicos para a melhoria de ensino. Francalanza acredita também que a falta de vínculos mais estreitos com a comunidade a que esses docentes servem também acarreta prejuízos para a qualidade do ensino (GHANEM, 2004, p.57).

O autor ainda atenta para a situação de itinerância desses professores que além de temporários, ensinam em várias escolas, não podendo estreitar os vínculos com a comunidade escolar. Assim, a rotatividade docente no Brasil pode ser melhor compreendida se inserida no contexto da precarização do trabalho docente, uma vez que a sua existência pode estar relacionada a uma situação de precariedade na busca ou na manutenção do emprego docente. Desse modo, o estudo de Sampaio e Marin (2004) oferece a mais significativa contribuição para a compreensão dessa questão, pois as autoras apresentam a rotatividade docente como uma das facetas da precarização do trabalho docente, às quais se somam outras:

Dentre essas facetas destacamos: a carga horária de trabalho e de ensino, tamanho das turmas e razão entre professor/alunos, rotatividade/itinerância dos professores pelas escolas e as questões sobre a carreira no magistério (SAMPAIO e MARIN, 2004, v.2, p.1212).

Observa-se que, para as autoras, a rotatividade é acompanhada da itinerância e todas as outras facetas mencionadas se fazem presentes diuturnamente no cotidiano escolar de milhares de professores das redes públicas de ensino do país. Para Sampaio e Marin (2004), as alterações provocadas no universo escolar refletem-se no currículo escolar.

Levando-se em conta as condições mais amplas em que se realiza o atendimento escolar no país, [...] compreende-se que a função cultural da escola vem sofrendo prejuízos que se abatem sobre o trabalho docente e, sobretudo, sobre a formação dos alunos. A precarização do trabalho escolar faz-se presente no currículo, cuja problemática diz respeito não só aos conteúdos básicos da escolarização (SAMPAIO e MARIN, 2004, p.1216).

Embora o objetivo desse trabalho não seja estudar os efeitos da rotatividade docente, não se pode passar ao largo das conseqüências que a precarização do trabalho docente tem para a organização do trabalho pedagógico na escola ou na

socialização dos professores, ou ainda, na continuidade das ações e projetos desenvolvidos em anos passados. Segundo Waller (1961, p. 07), “dar e receber instrução constitui o núcleo da escola como nós a concebemos”. Partindo desse pressuposto a escola é formada basicamente por professores e alunos que constituem a essência da instituição escolar. O problema que ora se apresenta é, em havendo uma grande rotatividade de professores anualmente, sendo parte substituída por outros, ainda se tem professores para ensinar aos alunos, mas perdem-se as relações construídas anteriormente causando a interrupção do processo de ensino-aprendizagem.

Considerando a rotatividade dos professores efetivos, estáveis e temporários (OFAs) como uma das facetas da precarização do trabalho docente, pode-se indagar se a permanência do professor na unidade escolar contribui para alguns fatores que são caros a essa comunidade, citando apenas como exemplos: o rendimento escolar ou o desenvolvimento do trabalho pedagógico, dentre inúmeros outros passíveis de serem averiguados. No entanto, como se afirmou anteriormente, o objetivo desta pesquisa é investigar a rotatividade docente, verificando em quais categorias esse fenômeno incide com maior intensidade e se guarda relações entre as disciplinas da grade curricular dos ensinos fundamental e médio. No próximo capítulo, serão abordados os procedimentos utilizados para alcançar tal objetivo.

CAPÍTULO II

OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: O EXAME DOS LIVROS-PONTO E A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Para avaliar o nível de rotatividade docente na escola investigada, foi necessário trilhar um caminho próprio, uma vez que não há dados sistematizados a esse respeito na rede estadual de ensino. O caminho encontrado foi o levantamento do tempo de permanência dos professores na UE investigada mediante o exame das Folhas de Freqüência dos Livros-Ponto num período de dez anos, tomando como critério para a coleta de dados a realização de concursos públicos para a contratação de docentes para atuar no segundo ciclo do ensino fundamental e também no ensino médio (PEB II). A escolha desse critério deve-se ao impacto causado na composição do corpo docente da rede estadual pelo ingresso dos professores efetivos que, por sua vez, diminui o número dos que foram contratados em caráter precário durante o período em que esse tipo de seleção não ocorreu. A coleta dos dados levou em conta, ainda, o fato de que tal impacto aparece na medida em que os selecionados tomam posse nas diferentes chamadas que se seguem à divulgação dos resultados do concurso.

Desse modo, elegeu-se o ano de 1997 para iniciar a coleta dos dados mediante o exame das Folhas de Freqüência dos Livros-Ponto e o registro dos nomes dos professores atuantes na UE, antes da realização do concurso de 1998, o qual permitiu o preenchimento de cargos em onze disciplinas, após cinco anos sem concursos. Em seguida, examinou-se o ano de 2000 numa tentativa de avaliar o impacto da contratação dos profissionais aprovados no referido concurso e cuja posse se deu em 1999 e em 2000. Considerando que a SEE-SP realizou, em 2003, um novo concurso para professores de dez disciplinas (FERREIRA, 2006) cujos efeitos se estenderam por 2004 e 2005¹³, procedeu-se à coleta dos dados relativos a 2003 e a 2006. Assim, no período compreendido entre 1997 e 2006, durante o qual

¹³ Segundo FERREIRA (2006), houve quatro chamadas para a escolha de vagas para o ingresso no magistério estadual, conforme a classificação dos aprovados, sendo duas em 2004 e outras duas em 2005.

foram preenchidos quarenta e oito Livros-Ponto, foram examinados para a presente pesquisa vinte e três, referentes aos seguintes anos 1997, 2000, 2003, 2006:

A escolha desse período deve-se também ao fato de que a UE foi dirigida por uma mesma diretora entre 1997 e 2003, quando esse cargo passou a ser ocupado por diferentes profissionais que permaneceram desde por alguns dias até por um ano, incluindo, também, o exercício por alguns meses, conforme evidencia o **Quadro 1**:

Quadro 1 – Rotatividade dos Diretores na UE (1997-2006)

Nome/ Categoria	Período de Permanência		Observações
	Início	Fim	
Diretora 1 – Efetiva	Abril de 1997	Maio de 2003	Efetiva e posterior remoção
Diretora 2 – Designada	Maio de 2003	Dezembro de 2004	Designada
Diretora 3 – Efetiva	Dezembro de 2004	5 dias	Nova diretora efetiva e afastada para outra UE
Diretor 4 – Designado	Janeiro de 2005	Fevereiro de 2006	Nova designação
Diretora 2 – Designada	Março de 2006	Junho de 2006	Nova designação e retorno
Diretora 3 – Efetiva	Junho de 2006	7 dias	Retorno da diretora efetiva
Diretora 5 – Designada	Junho de 2006	Agosto de 2006	Nova designação
Diretora 6 – Designada	Setembro de 2006	em curso	Nova designação

Fonte: Elaborado pelo autor

Convém ressaltar aqui que a permanência de uma única diretora na escola entre os anos de 1997 a 2003 – a mais longa durante o período em estudo – permite observar uma uniformidade nos registros de frequência dos professores e na forma como eles foram organizados. Pelo fato de ela ter exercido essa função durante um período bastante expressivo, garantindo, assim, uma continuidade no que se refere ao trabalho desenvolvido na escola investigada e uma percepção das mudanças ocorridas durante a sua gestão, optou-se por entrevistá-la com vistas a verificar como ela avalia a maneira pela qual a rotatividade docente se manifestava nesta UE.

Para verificar a permanência dos professores na UE mediante o exame do Livro-Ponto, registrou-se o nome de cada um dos professores que atuaram na escola desde o início dos anos letivos examinados nesta pesquisa (1997, 2000, 2003, 2006) – ou seja, nos meses de fevereiro e março – até o seu encerramento, em novembro e dezembro. Vale lembrar que, no início do ano letivo, ocorre o

processo de atribuição de aulas na seguinte ordem: primeiramente, a escolha é feita pelos professores efetivos da própria escola, decorrido o prazo de 1 a 2 dias, é a vez dos professores estáveis¹⁴ e, em seguida, passa-se aos professores temporários (OFAs), cuja atribuição tem acontecido, nos últimos anos, na Diretoria de Ensino, por meio de uma contagem de tempo de serviço no magistério estadual. Portanto, o registro dos nomes considerou os professores efetivos, estáveis e temporários, excluindo apenas os que atuam como eventual devido à especificidade de sua inserção na UE.¹⁵

Assim, considerou-se como evidência de permanência docente o professor que assume as aulas nos meses iniciais, durante o processo de atribuição, e leciona até o final do ano letivo. Para esse fim, os afastamentos por licenças médicas de até 30 (trinta) dias não foram tomados como fator de rotatividade, exceto quando, na ausência desse professor, um outro teve essas aulas atribuídas em caráter de substituição. Nesses casos, outros professores da escola – tanto efetivos quanto OFAs – podiam assumir essas aulas até o retorno do professor de origem. Porém, se um professor ingressou na condição de OFA em qualquer momento do ano letivo, seja em substituição ou aulas livres, considerou-se como indicativo de rotatividade, mesmo sendo por um curto período de tempo. Ao examinar o Livro-Ponto, foi possível constatar que, após o início do ano letivo, ocorria o desaparecimento de alguns nomes, enquanto outros nomes passaram a ser registrados. Um indício desse tipo de alteração pode ser observado quando a relação dos professores apresentada no “Quadro indicador” que abre o Livro-Ponto passou a ser digitada, incluindo nomes acrescentados à mão que evidenciam o ingresso posterior desses profissionais. Cabe observar, por fim, que não há ingresso de professores efetivos entre os meses de abril a agosto, exceto nos casos de substituição temporária por licença médica de curto período.

¹⁴ Os funcionários civis da União, dos Estados e dos Municípios que possuíam na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, pelo menos cinco anos continuados de serviço público adquiriram estabilidade no emprego e os docentes estaduais, que se encontravam nessa situação, foram regulamentados pela Lei complementar nº 706 de 04/01/93.

¹⁵ Quando da coleta de dados, não havia o registro organizado dos nomes dos professores eventuais na Folha de Freqüência, sendo registrados seus nomes num determinado mês e em outros não, para aparecer novamente mais adiante. Sobre a atuação desse tipo de docente, ver o estudo de Roseli Regis dos Reis (2006): *O professor do Ensino Médio Público Estadual de Santos (SP), sua formação e seleção*. São Paulo: PUC-SP/EHPS, dissertação de mestrado.

O registro da permanência dos professores que atuaram na UE durante o período estudado inclui, além do seu nome, a categoria – efetivo, estável e OFA – e a disciplina lecionada. Em relação a cada uma dessas variáveis – as diferenças relativas ao estatuto profissional dos professores e as áreas em que eles atuaram – construiu-se uma tabela para cada ano examinado, nas quais, ao se comparar os nomes dos professores atuantes na UE no início do período letivo (fevereiro e março) com os que constavam nos meses de novembro e dezembro, registrou-se o número dos que haviam permanecido durante todo o ano letivo. Assim, foi possível identificar o percentual de permanência e rotatividade do corpo docente da escola investigada por ano, considerando tanto os diferentes estatutos profissionais (efetivo, estável e OFA) quanto as disciplinas lecionadas. Ainda, tomando como referência os nomes dos professores, foram elaboradas diversas tabelas, nas quais foram confrontados os dados reunidos para cada ano, de modo a identificar o número de docentes que permaneceram na instituição no decorrer de todo o período estudado, distribuídos, mais uma vez, pelas categorias profissionais e as suas disciplinas.

Convém esclarecer, ainda, que se constatou a permanência de três professores efetivos durante todo o período estudado mediante a verificação dos nomes que se encontravam registrados inicialmente no Quadro Indicador de nomes dos Livros-Ponto examinados. Posteriormente, foi realizada a checagem desses dados, procurando os nomes de todos os docentes, não apenas dos três, no interior dos Livros nas Folhas de Frequências. Cabe ainda destacar que as verificações dos nomes se deram por meio da análise de todos os Livros-Ponto sem intervalos de anos, ou seja, dos quarenta e oito Livros-Ponto que compõem os anos de 1997 em diante até a finalização em 2006.

Para verificar a percepção dos agentes escolares que permaneceram na escola durante o período pesquisado, foram realizadas quatro entrevistas, sendo três com os professores remanescentes e uma com a ex-diretora de escola entre 1997 e 2003. Tais entrevistas tiveram como base um roteiro que se encontra no apêndice. Os agentes escolares tiveram seus nomes omitidos, sendo designados como Ex-Diretora de Escola, Professor 1, Professor 2 e Professora 3. As entrevistas foram analisadas mediante quatro eixos norteadores, a fim de se identificar como foi o início na profissão e a chegada na escola e as percepções dos agentes escolares

sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola, a precariedade ou decadência nas condições de trabalho e a rotatividade docente e suas implicações.

Sendo o Livro-Ponto a principal fonte de consulta para se verificar a rotatividade docente, apresenta-se, a seguir, uma descrição detalhada desse documento. Ao apresentar dados sobre a sua materialidade e a respeito das formas de preenchê-lo e organizá-lo, pretende-se permitir ao leitor conhecer com riqueza de detalhes o instrumento por meio do qual a instituição escolar registra a frequência de seu corpo docente, bem como compreender as dificuldades que se fizeram presentes no exame desse material.

O Livro-Ponto é um livro em branco no qual os docentes põem as suas assinaturas para comprovar a sua presença na escola. Cada livro possui cem folhas, essas denominadas Folhas de Frequências que, utilizadas frente e verso, formam duzentas páginas, apresentando numeração seqüencial diferenciada. Cada página é dedicada a um professor para fins de controle de sua frequência no respectivo mês, na qual constam seus dados pessoais e informações profissionais. O livro é considerado preenchido quando, em sua última página, houver o nome de um professor, mesmo que esse não represente o término da lista. Quando isso ocorre, é necessário abrir um novo livro com as mesmas características do anterior, até o limite de páginas que se fizerem necessárias para o encerramento da lista e do mês de controle. É comum, portanto, o encerramento de um livro com o preenchimento incompleto da lista de docentes da escola, bem como livros de diferentes numerações, o início de um mês num e o término em outro para dar conta da totalidade do corpo docente da escola, podendo, assim, a frequência relativa ao mesmo mês ser registrada em dois livros diferentes. Em razão dessas características, apresentam-se no **quadro 2** informações detalhadas acerca dos Livros-Ponto examinados.

Quadro 2 - Dados dos Livros-Ponto examinados, relativos aos anos de 1997, 2000, 2003 e 2006

Anos	Número de capa e oficial	Meses	Observações
1997	92 (61)	Fev – Mar – Abr	Remoção e início do exercício da Diretora efetiva da Escola
	93 (62)	Abr – Mai – Jun – Jul	Término do 1º bimestre e início do 2º
	94 (63)	Jul – Ago – Set – Out	Término do 2º bimestre, recesso escolar, início e fim do 3º bimestre
	95 (64)	Out – Nov – Dez	Encerramento do ano letivo
2000	104 (73)	Fev – Mar – Abr	Apresenta modificação na designação da Escola que passa a ser E.E. em referência à Escola Estadual e disposição dos docentes em ordem alfabética.
	105 (74)	Abr – Mai – Jun – Jul	Término do 1º bimestre e início do 2º
	106 (75)	Jul – Ago – Set	Término do 2º bimestre, recesso escolar, início e fim do 3º
	107 (76)	Set - Out - Nov	Apresenta o horário dos professores e a distribuição das aulas a lápis, no quadro 3
	108(77)	Nov – Dez	Mostra o horário dos docentes no quadro 3
2003	116 (85)	Fev – Mar	Os nomes dos professores estão digitados e colados na contracapa
	117 (86)	Abr – Mai – Jun	Parte dos nomes dos docentes está digitada e a outra parte escrita à mão
	118 (87)	Jul – Ago	Fim do 2º bimestre, recesso escolar e início do 3º bimestre
	119 (88)	Ago – Set – Out	Apresenta o horário dos professores e a distribuição das aulas a lápis, no quadro 3
	120 (89)	Out – Nov	3º bimestre
	121 (90)	Nov – Dez	Encerra o ano letivo de 2003 e inicia fev/março de 2004 com a assinatura de outra Diretora de Escola
2006	132 (101)	Fev – Mar	Início do ano letivo
	132 A (101A)	Mar – Abr	Preenchida somente até a p.135, as demais estão em branco.
	133 (102)	Abr – Mai	Fim do 1º bimestre e início do 2º
	134 (103)	Mai – Jun – Jul	Apresenta o horário dos professores e a distribuição das aulas a lápis, no quadro 3
	135 (104)	Jul – Ago – Set	Fim do 2º bimestre, recesso escolar e início do 3º bimestre
	136 (105)	Set – Out	Fim do 3º e início do 4º bimestre
	137 (106)	Out – Nov	4º bimestre
	138 (107)	Nov – Dez	Último Livro-Ponto a ser analisado

Fonte: Elaborado pelo autor

Convém ressaltar aqui que alguns Livros-Ponto apresentaram informações em seu interior que demonstram aspectos sutis da sua escrituração que um olhar desatento põe a perder. Entretanto, a atenção dada a esses aspectos permite apreender elementos importantes para a compreensão da pesquisa e das dificuldades que se impuseram, bem como evidenciam a pertinência de utilizar o Livro-Ponto como fonte documental para o estudo da rotatividade docente. São abordados, a seguir, aqueles que apresentam tais sutilezas:

O início se deu pelo Livro-Ponto número 92 ou seria 61? Revestido em papel cor rosa, apresenta sua folha de rosto com a designação da escola, cidade, número de registro seqüencial e ano, seguido por um termo de abertura destinado ao registro do Ponto de Pessoal Docente da *E.E.P.S.G. BENEDITO FAGUNDES MARQUES* e contém cem folhas, utilizadas na frente e no verso, totalizando duzentas páginas. No Quadro Indicador os nomes dos professores estão escritos à mão, a maioria apenas pelo pré-nome e encontram-se registrados de forma aleatória. A numeração do Livro foi feita de duas formas diferentes: havia um número indicado na capa (cor rosa) e outro na parte interna, esse oficial. Embora tenha perguntado sobre a razão desse fato, ninguém soube esclarecer. No mês de abril encontra-se o primeiro registro com a assinatura da nova diretora de escola, efetiva, que permaneceu até 2003. O uso de duas numerações (oficial e oficiosa), o preenchimento aleatório dos nomes dos professores à mão são detalhes importantes dos procedimentos que caracterizavam o preenchimento do Livro-ponto e o controle da frequência dos docentes atuantes na instituição escolar e provavelmente vinculavam-se à grande quantidade de professores existentes na escola e a dificuldade de fazer esse trabalho com regularidade.

O Livro-Ponto, nº 93 na capa e nº 62 oficial, o primeiro a ser aberto pela diretora efetiva já apresenta algumas informações mais organizadas, tais como a relação de professores organizada em ordem alfabética. Já o Livro-Ponto, nº 104 na capa e nº 73 oficial, referente ao ano letivo de 2000, apresenta modificação na designação da escola que deixa de ser representada pela sigla E.E.P.S.G. (Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau) e passa a ser apenas E.E. (Escola Estadual) em virtude da nova legislação vigente.

O Livro-Ponto, nº 107 na capa e nº 76 oficial, é o primeiro e um dos únicos livros examinados a trazer a informação sobre o horário e a distribuição das aulas

dos professores por série, permitindo saber em quais níveis de ensino (fundamental e médio) o docente lecionava. Se essa informação constasse de todos os livros-ponto, seria possível identificar os docentes que lecionavam nos diferentes níveis de ensino, fundamental ou médio. Entretanto, esse dado esteve ausente em quase todos Livros-Ponto pesquisados.

O Livro-Ponto, nº 116 na capa e nº 85 oficial, é o primeiro a apresentar os nomes dos professores digitados e colados na parte destinada à relação de docentes da UE, o que pode indicar a familiaridade de algum funcionário com a informática. O Livro-Ponto, nº 117 na capa e nº 86 oficial, dá continuidade à digitação dos nomes dos professores, porém em determinada altura da lista os nomes seguem registrados diferentemente (à mão), provavelmente devido ao ingresso na escola posterior à atribuição das aulas, os professores tenham os seus nomes registrados à caneta.

O Livro-Ponto, nº 120 na capa e nº 89 oficial, registra, no quadro 3, informações a lápis de alguns professores, independentemente da situação profissional, os horários de aulas (nas respectivas séries) apenas nos meses de outubro e novembro. Esse dado é importante de ser ressaltado porque, se houvesse o preenchimento sistemático do quadro, isto permitiria verificar em quais modalidades de ensino, fundamental ou médio, os professores ministravam as suas aulas, bem como as séries.

Para finalizar o detalhamento do estudo realizado, destaca-se o Livro-Ponto, nº 121 na capa e nº 90 oficial, que faz o fechamento do ano de 2003 e estende-se aos meses de fevereiro e março de 2004, com a assinatura da nova diretora da escola, em substituição à anterior que se afastou da função.

O modelo da Folha de Freqüência (Figura 1), apresentado a seguir, visa facilitar a compreensão da descrição que será feita dos seus campos e subcampos no intuito de explicar o trabalho empreendido no levantamento de dados.

Esclarece-se que as informações que subsidiam essa descrição foram retiradas da Instrução DRHU – 2, de 02 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre as normas de preenchimento do livro de controle de frequência de docentes nas escolas da rede pública estadual, apresentando um manual para tanto¹⁶. É importante notar aqui que, embora essa instrução tenha sido publicada somente nesse ano, o modelo apresentado é praticamente idêntico ao dos Livros-Ponto examinados. Além disso, cabe ressaltar que os campos descritos a seguir nem sempre eram preenchidos no material examinado, o que impediu a coleta de alguns dos dados mencionados aqui:

Campo 1 – Dados pessoais e funcionais do professor: nome, RG, padrão (relativo à posição na escala de vencimentos do funcionário), situação (Professor I, II ou III)¹⁷, categoria (efetivo, estável ou ocupante de função atividade), jornada, carga suplementar, reduzida, horária, disciplina (a qual leciona), mês/ano e sede de controle de frequência.

Campo 2 – Dias: registro dos dias em ordem crescente (de 1º ao 31), e do dia da semana.

Campo 3 – Horário das aulas: nos dias da semana, especificando e discriminando a classe e/ ou as séries atribuídas ao docente.

Campo 4 – Jornada prevista – U.E./S.C.F.: registro da soma do total de horas correspondentes às aulas atribuídas que compõem a Jornada Diária, bem como as atribuídas a título de substituição, recuperação/reposição.

Campo 5 – Observações: destinadas às ocorrências relativas ao docente e outros apontamentos necessários, como afastamentos, designações e outros.

Campo 6 – Ausências: registro das ausências do mês, por Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo, o total na U.E. local e em outras unidades escolares. Este campo se subdivide em seis subcampos que especificam a natureza das ausências:

- *Subcampo Aulas / Unidade Escolar* – Local, destinado à marcação de ausências por aula.
- *Subcampo Total* – registrado somente em horas a soma das ausências do dia.
- *Subcampo Natureza da ausência* – concretiza-se a “falta-dia”¹⁸, destina-se para fins da contagem de tempo e desconto pecuniário.
- *Subcampo Saldo pendente* – informa a quantidade de aulas que o docente deixou de ministrar no dia, quando for menor que a sua jornada diária.
- *Subcampo Falta Média Parcial* – destinado à informação da quantidade de aulas que o docente deixou de ministrar de acordo com o disposto na lei L.C. 883/2000.
- *Subcampo Saldo Pendente do Mês Anterior* – destinado a informar a quantidade de aulas pendentes que o docente deixou de ministrar no mês anterior e que não foram utilizadas para o cálculo da falta-dia.

Campo 7 – Assinaturas dos docentes, correspondente ao seu dia de trabalho.

Campo 8 – Resumo Final: destina-se ao registro do número de aulas semanais mensais, correspondente à jornada e à carga suplementar do docente titular de cargo ou à carga horária de

¹⁶ Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03 de fevereiro de 2007, p. 20-3.

¹⁷ A partir de 1995 foi adotada nova nomenclatura para os docentes, sendo PEB I e ou PEB II.

¹⁸ Desconto das aulas que o professor faltou no ano letivo e seu acúmulo varia de 5 a 7 aulas, conforme o tipo de jornada de trabalho. Ao se atingir o limite de faltas aulas permitido, efetua-se o desconto caracterizado falta-dia, ou seja, desconta-se um dia de trabalho do docente.

trabalho do ocupante de função-atividade, com o respectivo total, incluídas as Horas de Trabalho Pedagógico Coletiva e as horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha. O campo limite informa a quantidade de aulas que definem o limite para a conclusão da falta-dia de que trata o Decreto nº 39.931/95.

Campo 9 - Secretário de escola e Diretor de escola: destinam-se à assinatura e carimbo do Secretário de Escola e do Diretor de Escola que atestam a veracidade das informações prestadas nos campos e subcampos anteriores.

Fonte: Instrução DRHU – 2, de 02 de fevereiro de 2007.

Uma vez descritos os campos e subcampos que compõem a Folha de Freqüência do Livro-Ponto, deve-se esclarecer duas coisas fundamentais que influenciaram no direcionamento da pesquisa. Primeiro, a análise das Folhas de Freqüência dos Livros-Ponto pesquisados demonstraram que apenas alguns desses campos eram preenchidos, tendo a maior parte deles permanecido em branco. Segundo, dentre as informações contidas nos campos preenchidos, esclarece-se que foram utilizados apenas alguns deles por serem mais significativos para a investigação da rotatividade docente, a saber:

- ✓ O **campo 1** por informar o nome do professor (permitindo diferenciá-lo entre os demais), a categoria a que pertencia e a disciplina que lecionava, informação que permite verificar a rotatividade docente por componentes curriculares.
- ✓ O **campo 5** que trata das observações sobre a vida funcional do professor e suas ocorrências, permitiram registrar (quando havia esse tipo de informação) os afastamentos ou desligamentos dos docentes, seguidos dos motivos.
- ✓ O **campo 7** que evidencia a permanência ou não do docente na escola mediante o registro de sua assinatura nos respectivos dias de aulas.
- ✓ O **campo 9** que permitiu constatar a permanência de uma única Diretora de Escola no período de 1997 a 2003 e a conseqüente rotatividade de “gestores”, no período posterior, até o final do ano de 2006.

Esses foram considerados os campos mais significativos utilizados para coletar os dados e desenvolver a metodologia da pesquisa. Na seção a seguir, são analisados os dados coletados com base no exame do Livro-Ponto sobre a rotatividade docente, demonstrando como ela se manifesta durante o ano letivo e no decorrer do período investigado.

CAPÍTULO III

ROTATIVIDADE DOCENTE, ESTATUTO PROFISSIONAL E DISCIPLINA MINISTRADA

Serão apresentados, neste capítulo, os dados coletados referentes à permanência e à rotatividade do corpo docente da escola investigada por meio de tabelas organizadas especialmente para esse fim. Conforme já foi dito, esses dados foram reunidos por meio do exame minucioso dos Livros-Ponto da instituição nos anos de 1997 a 2006. Convém ressaltar, mais uma vez, que não foi possível localizar informações sistematizadas a esse respeito. Assim, procedeu-se à organização dos dados com vistas a identificar o grau de rotatividade docente da UE pela sua negativa, ou seja, pelo registro da permanência do professor em seus quadros. Com isso, pôde-se constatar como esse fenômeno se manifesta durante o ano letivo e no decorrer do período pesquisado, registrando, portanto, as alterações ocorridas nos números de rotatividade apresentados pela escola em estudo entre 1997 e 2006. Tal análise procura, ainda, verificar os vínculos existentes entre a rotatividade dos professores com o seu estatuto profissional (efetivos, estáveis e OFAs) e as disciplinas que se constituem nos componentes da grade curricular.

No caso da presente pesquisa, a permanência pode ser verificada considerando as diferentes categorias do magistério público em cada um dos anos estudados (1997, 2000, 2003 e 2006) ou, conjuntamente, durante todo o período estudado. Desse modo, procedeu-se à comparação da rotatividade dos professores por ano investigado considerando, ao final, todo o período de 1997 a 2006. Em um primeiro momento, apresenta-se a tabela contendo os dados do número de rotatividade docente por categoria do respectivo ano e, em seguida, o número de permanência dos professores. Embora tais aspectos possam ser considerados como duas dimensões do mesmo fenômeno, é possível analisá-los separadamente. Isto porque os cálculos são feitos com metodologias diferenciadas para obter os resultados da rotatividade docente e do número de permanência dos professores. O número de rotatividade é obtido mediante a comparação da quantidade de professores ingressantes com a quantidade de professores que saíram ao final do ano letivo. Nas tabelas 3, 4, 5, 6, e 7, mostram-se os dados dos professores que ingressaram e dos que saíram. Já nas tabelas 3.1, 4.1, 5.1, 6.1 e 7.1 apresentam-se

os dados referentes a permanência dos professores nos meses iniciais e finais nos estudados. A seguir, apresento a análise desses dados.

a) A rotatividade docente e seus vínculos com os diferentes estatutos profissionais do magistério

Tabela 3 – Rotatividade docente por categoria em 1997

Categorias	Nº de ingressantes em fev/mar	Nº dos que saíram ao final do ano letivo
Efetivos	11	5
Estáveis	9	2
OFAs	55	12
Total	75	19

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto dos docentes de 1997.

Na **tabela 3**, observa-se que a maioria dos professores permaneceu na UE durante todo ano letivo de 1997 e, dentre os que apresentaram maior rotatividade, os docentes efetivos se destacaram duas vezes mais do que os estáveis e os OFAs. É importante notar que o grupo de OFAs representou o maior número de professores do total e apresentou rotatividade em apenas doze professores num universo de cinquenta e cinco, sendo justamente o grupo de professores temporários o que menos contribuiu para as mudanças do corpo docente da instituição em 1997. Semelhante lógica aplica-se aos estáveis que apresentam rotatividade em apenas dois professores de nove ingressantes no início do ano letivo.

Tabela 3.1 - Permanência dos docentes entre os meses de 1997

Categorias	Ingressaram em fev/março	Permaneceram até nov/dezembro
Efetivos	11	6
Estáveis	9	7
OFAs	55	43
Total	75	56

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados mostrados na Tabela 3.

Observa-se que a maior parte dos docentes permaneceu na UE, sendo a categoria dos OFAs a mais numerosa e a mais permanente, seguida dos estáveis e dos efetivos.

Na **tabela 4**, observa-se alteração no número de professores por categoria com repercussões sobre a forma como a rotatividade se manifestou em 2000. Comparados aos existentes em 1997, houve um aumento em certas categorias. No entanto, os números de rotatividade no decorrer do ano praticamente mantiveram-se semelhantes com relação às categorias dos docentes: os OFAs, novamente o grupo mais numeroso da escola, tornaram-se ainda mais expressivos apresentando um pequeno acréscimo na rotatividade constatada em 1997. Já os efetivos aumentaram a sua rotatividade e os estáveis diminuíram em quantidade de professores, mas não apresentaram rotatividade nesse ano.

Tabela 4 – Rotatividade docente por categoria em 2000

Categorias	Nº de Ingressantes em fev/março	Nº dos que saíram ao final do ano letivo
Efetivos	9	5
Estáveis	2	0
OFAs	64	15
Total	75	20

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto dos docentes de 2000.

Os professores efetivos apresentaram novamente a maior rotatividade entre as demais categorias, sendo que a maioria dos que haviam iniciado o ano letivo, tinha saído ao final de 2000; quanto aos professores estáveis não há rotatividade apesar da diminuição de docentes. E apenas quinze num universo de sessenta e quatro professores OFAs, não completaram o ano letivo.

Tabela 4.1 – Permanência dos docentes entre os meses de 2000

Categorias	Ingressaram em fev/março	Permaneceram até nov/dezembro
Efetivos	9	4
Estáveis	2	2
OFAs	64	49
Total	75	55

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados mostrados na Tabela 4.

Na **Tabela 5**, é possível visualizar os dados sobre a quantidade de professores em 2003, por categoria, bem como número de rotatividade daquele ano. Essa tabela mostra alterações no número de professores nas três categorias, assim como nos outros anos anteriores. Outra semelhança em relação aos anos anteriores é a diminuição de professores efetivos e estáveis em contrapartida ao aumento do número de OFAs.

Tabela 5 – Rotatividade docente por categoria em 2003

Categorias	Nº de Ingressantes em fev/março	Nº dos que saíram ao final do ano letivo
Efetivos	8	5
Estáveis	1	0
OFAs	65	24
Total	74	29

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto dos docentes de 2003.

A rotatividade dos efetivos e dos OFAs aumentaram proporcionalmente em relação a 2000. Esse fenômeno não se manifestou entre os estáveis, representados por apenas um único professor. Analisando o total de rotatividade de docente em

2003, observa-se um aumento na quantidade de professores que saíram em relação aos anos de 1997 e 2000. Até o presente momento foi o ano que apresentou o maior número de rotatividade, considerando-se todas as categorias. Convém lembrar que, nesse ano, foi realizado o concurso de ingresso para Professores de Educação Básica II da rede estadual e uma das razões para a diminuição dos efetivos foi em decorrência do processo de remoção que antecede o ingresso dos novos professores.

Tabela 5.1 - Permanência dos docentes entre os meses de 2003

Categorias	Ingressaram em fev/março	Permaneceram até nov/dezembro
Efetivos	8	3
Estáveis	1	1
OFA's	65	41
Total	74	45

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados mostrados na Tabela 5.

Percebe-se, pelos dados da **tabela 5.1**, que ocorreu uma diminuição nos números de permanência dos docentes em todas as categorias, havendo até o presente momento uma nítida relação entre a diminuição da permanência dos professores na escola e o aumento da rotatividade.

Segundo Ferreira (2006), as escolhas dos professores aprovados no referido concurso somente ocorreram entre 2004 e 2005 e, na tabela abaixo, pode-se observar o ano de 2006, que apresentou o impacto do ingresso dos novos professores ocorridos nos anos anteriores:

Tabela 6 – Rotatividade docente por categoria em 2006

Categorias	Nº de Ingressantes em fev/março	Nº dos que saíram ao final do ano letivo
Efetivos	43	17
Estáveis	0	0
OFAs	44	10
Total	87	27

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto dos docentes de 2006.

Na **tabela 6**, pode-se notar que, em 2006, já se evidenciava o impacto do ingresso dos novos professores aprovados no referido concurso cujas escolhas ocorreram em 2004 e 2005. Nesse ano, verifica-se que os docentes efetivos apresentam, mais uma vez, a maior rotatividade, dezessete num universo de quarenta e três, mas proporcionalmente inferior ao período anterior, embora aumentasse consideravelmente o número de professores quando comparados aos períodos anteriores. No caso dos estáveis, que já vinham diminuindo a sua presença na escola, agora desaparecem em virtude da aposentadoria, em 2005, do único representante da categoria. Os OFAs, por sua vez, diminuíram em números absolutos (44) quando comparados a todos os anos anteriores, mas permaneceram sendo a categoria majoritária da escola, tanto no início quanto no final do ano letivo, apresentando também a mais baixa rotatividade das categorias, sendo ligeiramente maior que 1997, igual a 2000 e menor, quando comparada a 2003. Tal constatação é reiterada pelos dados reunidos na **tabela 6.1**, pois os OFAs são os que apresentaram maior permanência, seguidos pelos efetivos.

Tabela 6.1 – Permanência dos docentes entre os meses de 2006

Categorias	Ingressaram em fev/março	Permaneceram até nov/dezembro
Efetivos	43	26
Estáveis	0	0
OFA's	44	34
Total	87	60

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados mostrados na Tabela 6.

A **tabela 7** reúne os dados relativos à rotatividade docente no decorrer de todo o período estudado (1997-2006), por categorias, mostrando que esse fenômeno manifestou-se em todas elas.

Tabela 7 – Rotatividade docente por categoria e ano na UE

Anos / Categorias	OFA	Efetivo	Estável
	%	%	%
1997	22	45	22
2000	23	56	0
2003	37	62	0
2006	23	40	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos dados mostrados nas Tabelas 3, 4, 5 e 6.

Os efetivos, que possuem maior estabilidade e vantagens entre as demais categorias (tais como garantia de aulas e maior possibilidade de escolha nos horários de trabalho), são os que apresentaram as maiores quantidades de rotatividade docente em todos os anos estudados. Constituíram-se, ao longo de todo o período, o segundo maior grupo de professores da UE, quase se equiparando aos

OFA em 2006, a sua permanência na instituição, entretanto, é a menor dentre todos, conforme os dados expressos na **Tabela 7.1**. Já os OFAs, que no decorrer de todo período constituíram o grupo mais numeroso, apresentaram um número de rotatividade menor do que os efetivos e são superados somente pelos estáveis porque numericamente foram muito superiores a esses. Os estáveis, por sua vez, apresentaram um dos menores números de rotatividade em todo o período estudado, no entanto isso não significou uma maior permanência na UE.

Tabela 7.1 – Permanência docente por categoria e ano na UE

Anos / Categorias	OFA	Efetivo	Estável
	%	%	%
1997	78	55	78
2000	77	44	100
2003	63	38	100
2006	77	60	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados mostrados na tabela 7

Os percentuais de permanência reunidos na tabela acima justificam o uso desse método para tratar do mesmo fenômeno. Quando inicialmente se estabeleceu a oposição entre a permanência e a rotatividade, pareceu mera reafirmação do óbvio, na medida em que enquanto uma aumenta a outra diminui. Porém, ao pôr à prova o óbvio, notou-se que isso não ocorria em todas as categorias, como no caso dos estáveis. Tal fato talvez se deva à grande discrepância verificada na quantidade de professores de cada categoria. Por isso, decidiu-se apresentar uma tabela com o número de rotatividade no ano e outra com o de permanência no mesmo período, entendendo ser esse o método mais apropriado para mostrar as alterações na composição do corpo docente da instituição. A seguir apresentam-se, então, algumas conclusões possíveis:

Os OFAs constituíram, em todos os anos, o maior contingente de professores da escola e apresentaram o menor número de rotatividade e o maior de permanência. Tal fato é digno de nota, pois se trata da categoria mais sujeita a constantes mudanças porque são admitidos em caráter precário (temporário), não

possuem a garantia da estabilidade no emprego e, todos os anos, estão concorrendo por contagem de tempo de serviço no processo de atribuição de aulas que acontece no início do ano letivo.

Já os estáveis destacaram-se por constituir a categoria menos numerosa desde o início do período estudado e sucessivamente foi diminuindo, mas não apresentou rotatividade em 2000 e 2003, culminando no seu completo desaparecimento do quadro escolar em 2006. Essa categoria, contrariando a idéia de que a permanência na UE está intrinsecamente relacionada à menor rotatividade, apresentou um dos menores números de rotatividade combinado com os mais baixos números de permanência, constituindo, assim, um paradoxo que demonstrou que a observação da permanência em si revela algo mais do que só o aumento ou a diminuição da rotatividade. Evidentemente, para se apreender a rotatividade, é necessário investigar a permanência na escola, porém um resultado não implica necessariamente o outro, podendo haver variáveis, como no caso dos estáveis. Portanto, um resultado não é necessariamente obtido pelo seu inverso e sim pela análise comparativa de ambos os resultados.

Mas a maior surpresa ficou por conta dos efetivos, cujos números de rotatividade contrariam a tendência de se associar a realização de concursos (e o posterior ingresso dos aprovados) à permanência do professor na Unidade Escolar. Os professores efetivos representaram a segunda categoria mais numerosa (superados em todos os anos pelos OFAs) do corpo docente da instituição e, em 1997 – portanto, antes da realização do primeiro concurso do período estudado –, já apresentavam o maior número de rotatividade (45) e o menor número de permanência.

Em 2000, dois anos após a realização do referido concurso, cujos impactos decorrentes do ingresso de novos docentes já haviam ocorrido, os efetivos apresentaram o segundo maior número de rotatividade do ano (56) e uma nova diminuição no número de permanência. Em 2003, voltam a apresentar o maior número de rotatividade, 6% acima do ano anterior, que já era alto, e o mais baixo número de docentes entre 1997 e 2006. Já nesse ano, como resultado do ingresso dos professores aprovados no concurso de 2003, o número de rotatividade diminuiu, comparado com o ano anterior e o número de docentes que permanecem na UE aumenta de três para vinte e seis professores efetivos. No entanto,

comparativamente aos OFAs, os efetivos apresentam um número de rotatividade superior e, por conseguinte, uma permanência inferior de oito professores a menos no ano.

No entanto, ao verificar a permanência de professores das diversas categorias no período entre 1997 e 2006, foi possível constatar que somente três professores efetivos permaneceram na escola ao longo de todos os anos investigados, conforme mostra a **tabela 7.2**. Como foi explicado no capítulo anterior, esses dados foram obtidos mediante o exame dos nomes dos professores cuja frequência era registrada nos Livros-Ponto.

Tabela 7.2 – Nº dos professores que permaneceram por categoria/ano e ao final do período estudado

Categorias	1997 *	2000	2003	2006	1997/2006 **
	fev/dez	fev/dez	fev/dez	fev/dez	permanência
Efetivos	6	4	4	26	3
Estáveis	7	2	2	0	0
OFAs	43	49	49	34	0
TOTAL	56	55	55	60	3

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

* As colunas que apresentam os anos de 1997, 2000, 2003 e 2006 mostram o número de professores que permaneceram durante o respectivo ano letivo.

** A última coluna da direita, referente aos anos de 1997 a 2006, mostra o número de professores que permaneceram por categoria, durante todo o período pesquisado.

No próximo item, analisa-se a permanência dos professores na escola, por disciplinas, no período de 1997 a 2006, expondo a quantidade de professores, em números absolutos e índices em cada ano analisado.

b) A rotatividade docente e seus vínculos com as disciplinas ministradas

Analisa-se, neste item, a manifestação da rotatividade docente por disciplinas, procurando compreender se existe relação entre a quantidade de professores e o número de rotatividade verificado. Houve disciplinas com maiores quantidades de

rotatividade? Esses números sofreram alterações significativas no decorrer do período estudado? Para tanto, calculou-se o índice de permanência por ano investigado. A apresentação das tabelas das disciplinas se faz em ordem alfabética, sendo Artes em primeiro, Biologia em segundo e, assim sucessivamente, até a última tabela da disciplina de Química.

Para investigar a permanência dos professores por disciplina, empregou-se o método estatístico dos números índices, pois esses permitem observar a variação das quantidades de docentes nos componentes curriculares que, no início do ano letivo faziam parte do corpo docente da instituição e lá permaneceram até o final. Segundo Crespo (2002, p.161), o número-índice “é a relação entre dois estados de uma variável ou de um grupo de variáveis, suscetível de variar no tempo e no espaço (ou de grupo de indivíduos para grupo de indivíduos)”. Para Stevenson (1981), os números-índices podem ser usados para comparações entre diferentes períodos de tempo ou dentro do mesmo esquema temporal.

Cabe esclarecer também que o número de professores existentes na UE, distribuídos na grade curricular, está condicionado à quantidade de aulas disponíveis por disciplinas e a composição dessas aulas constitui o tipo de jornada de trabalho docente. Explicando: de acordo com a legislação estadual¹⁹, existem na rede de ensino dois tipos de jornada de trabalho docente: inicial e básica. A jornada inicial é composta por vinte horas em atividades com alunos e quatro horas de trabalho pedagógico, das quais duas na escola, em atividades coletivas, e duas em local de livre escolha do professor. A jornada básica é composta por vinte e cinco horas em atividades com alunos e cinco horas de trabalho pedagógico, das quais duas na escola, em atividades coletivas, e três em local de livre escolha do professor. O excedente de aulas da jornada docente é considerado como carga suplementar (compostas de atividades com alunos), respeitando o limite de dezesseis horas para os docentes em jornada inicial e dez horas para os docentes em jornada básica. A escolha da manutenção ou alteração na jornada de trabalho ocorre ao final do ano e a constituição ou ampliação dessa, para carga suplementar, se faz no início do ano

¹⁹ Decreto Estadual de nº 42.955 de 27 de março de 1998 que *dispõe sobre as jornadas de trabalho do pessoal docente do Quadro do Magistério e dá providência correlatas*, In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Estatuto do Magistério Paulista: Legislação Regulamentadora e Suplementar, 1998, 3ª ed. p. 168-178.

letivo subsequente, durante o processo de atribuição de classes e/ou aulas²⁰. Os professores OFAs não são obrigados a constituírem uma jornada mínima obrigatória (inicial) de trabalho docente, porque o seu vínculo empregatício é desfeito em todo início de ano letivo, ao contrário do que ocorre com os efetivos e estáveis que por possuírem estabilidade no emprego, são obrigados a constituírem ao menos a Jornada Inicial de Trabalho Docente.

Assim, quanto maior for a quantidade de aulas de uma determinada disciplina, maior será o número de professores que poderão constituir jornada de trabalho ou escolher aulas nessa escola (conforme o seu estatuto profissional) o que contribui para a maior quantidade de professores das disciplinas com o maior número de aulas na semana. Disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática apresentam o maior número de professores dentre todos, porque são ministradas de cinco a seis aulas semanais para cada uma das turmas e séries da escola, variando conforme o nível de ensino (fundamental ou médio). Já disciplinas com menor quantidade de aulas na semana, apresentam um menor número de professores, porque para esses constituírem a sua jornada necessitam de um maior número de turmas/séries, restando assim, poucas opções de escolha e trabalho a outros docentes com pontuação inferior na classificação por tempo de serviço no magistério estadual. É o caso das disciplinas como Artes e Inglês que são oferecidas aos alunos apenas duas vezes na semana ou de História e Geografia que são oferecidas apenas três vezes na semana. As demais disciplinas não citadas e presentes na grade curricular, inserem-se num ou em outro caso da quantidade de aulas semanais. Para facilitar o entendimento, traz-se nos anexos B e C, modelos das grades curriculares dos ensinos Fundamental e Médio do ano de 2007.

²⁰ A atribuição das classes e/ou aulas obedece a um calendário próprio, determinado por meio de resolução da SEE-SP e publicada anualmente no Diário Oficial do Poder Executivo do Estado de São Paulo.

Tabela 8 – Permanência dos professores de Artes por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	2	2	100,0
2000	6	3	150,0
2003	3	3	150,0
2006	4	4	200,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006

Na **tabela 8**, é possível verificar que, em 2000, metade dos docentes de Artes apresentaram rotatividade, nesse ano apenas três dos seis que ingressaram permaneceram. Já a **tabela 9** mostra a permanência dos professores de Biologia com um quarto de rotatividade docente no ano de 2003 em relação ao número de ingressantes, enquanto que nos demais anos não há alterações.

Tabela 9 - Permanência dos professores de Biologia por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	3	3	100,0
2000	3	3	100,0
2003	4	3	100,0
2006	3	3	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

Entre as disciplinas de Artes e Biologia, que possuem quantidades semelhantes ao do total de professores, a rotatividade é um quarto maior em Artes quando comparados os anos de 2000 e 2003; nos demais anos, não há rotatividade.

A **Tabela 10** traz a permanência dos professores de Ciências sendo possível constatar que há um acréscimo no número de professores em relação às disciplinas anteriores e uma menor permanência dos docentes nos anos 2000 e 2003.

Tabela 10 – Permanência dos professores de Ciências por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	5	5	100,0
2000	5	1	20,0
2003	5	1	20,0
2006	8	4	80,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

Verificam-se que, exceto em 1997, todos os outros anos apresentaram rotatividade, sendo que em 2000 e 2003 o índice de rotatividade é de 80 e, em 2006, corresponde à metade dos professores da disciplina. Cabe notar que, apesar de expressiva rotatividade nos anos citados, em 1997 os professores de Ciências se equiparam aos de Artes e Biologia que também não apresentaram rotatividade docente nesse ano.

Na **Tabela 11** apresentam-se os dados da disciplina de Educação Física que possui um aumento nos índices de professores em relação ao total e, conseqüentemente, apresentou maiores alterações no quadro.

Tabela 11 – Permanência dos professores de Educação Física por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	8	4	100,0
2000	5	4	100,0
2003	4	4	100,0
2006	9	6	150,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

O ano de 2003 não apresentou rotatividade docente, porém em 1997 ela atinge metade dos professores, sofrendo um decréscimo em 2000 e um aumento no ano de 2006. Assim, entre as disciplinas analisadas a Educação Física se constituiu a segunda com maior rotatividade docente, abaixo apenas de Ciências.

Na **Tabela 12** observa-se a disciplina de Filosofia, que possuiu um número pequeno de professores em relação ao total, sendo que apenas nos anos de 2003 e 2006 não apresentou rotatividade docente. Já, em 1997, a rotatividade atinge metade dos professores e, em 2000, novamente se manifestou com a saída de um professor.

Tabela 12 – Permanência dos professores de Filosofia por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	2	1	100,0
2000	3	2	200,0
2003	1	1	100,0
2006	1	1	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

A **Tabela 13**, relativa aos professores de Física, apresenta números de docentes próximos aos de Artes, Biologia e Ciências e a rotatividade docente com maior expressão apenas no final do período estudado em 2003 e 2006.

Tabela 13 – Permanência dos professores de Física por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	2	2	100,0
2000	3	3	150,0
2003	5	3	150,0
2006	5	4	200,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

A **Tabela 14**, relativa aos professores de Geografia, apresentou a rotatividade docente em quase todos os anos, com exceção apenas em 1997, quando não ocorreu, sendo em 2000 o maior número (4), para registrar um decréscimo em 2003 com a saída de apenas um docente e um ligeiro aumento em

2006. O número de rotatividade (4) em 2000 apenas iguala-se no mesmo ano, para a disciplina de Ciências (4).

Tabela 14 – Permanência dos professores de Geografia por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	5	5	100,0
2000	6	2	40,0
2003	7	6	120,0
2006	5	4	80,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

Na **Tabela 15** tem-se a disciplina de História que em 1997 não apresentou rotatividade docente, assemelhando-se à Geografia no mesmo ano.

Tabela 15 – Permanência dos professores de História por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	5	5	100,0
2000	11	3	60,0
2003	7	5	100,0
2006	10	6	120,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

No ano de 2000, apresentou um dos maiores número de rotatividade das disciplinas até aqui analisadas (8), o dobro de Geografia e Ciências, ambas com quatro professores. Em 2003 a rotatividade docente diminuiu, embora tenha aumentado a quantidade de docentes remanescentes. Em 2006, ocorreu um ligeiro aumento no número de rotatividade docente.

Na **tabela 16** tem-se a disciplina de Inglês que apresentou alteração nos números de rotatividade em 1997 e 2000. No primeiro ano mais da metade dos

docentes saíram e no segundo ano, metade desses, também há alteração no índice de permanência.

Tabela 16 – Permanência dos professores de Inglês por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	7	4	100,0
2000	4	2	50,0
2003	4	4	100,0
2006	5	5	125,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

Na tabela a seguir se observa a disciplina de Língua Portuguesa que possuiu uma das maiores quantidades de professores dentre todas as outras disciplinas, assemelhando-se apenas à Matemática.

Tabela 17 – Permanência dos professores de Língua Portuguesa por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	15	11	100,0
2000	12	9	81,8
2003	12	8	72,7
2006	16	10	90,9

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

Em 1997 os professores da disciplina de Língua Portuguesa representaram o maior grupo de docentes ingressantes da escola, em comparação aos anos do período pesquisado. No entanto, apresentou rotatividade docente em todos anos, variando em quantidade entre 1997 e 2003 de três a quatro professores, para em 2006 apresentar o maior número de rotatividade do período (6) e o segundo entre as disciplinas, abaixo apenas de História (8). Observam-se também alterações nos índices dos professores remanescentes entre 2000 e 2006.

Veja-se na tabela a seguir da disciplina de Matemática como se manifestam os números de rotatividade.

Tabela 18 – Permanência dos professores de Matemática por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	13	7	100,0
2000	15	10	142,8
2003	15	8	114,2
2006	13	9	128,5

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

A disciplina de Matemática possuiu uma das maiores quantidades de professores em relação às outras disciplinas, equiparando-se apenas a Língua Portuguesa, sendo superior a essa nos anos de 2000 e 2003 e inferior nos anos de 1997 e 2006. Assim seguramente são as disciplinas que apresentaram as maiores quantidades de professores do quadro do magistério em relação a todos os anos do período investigado. Notadamente porque possuíam maior número de aulas permitindo aos docentes comporem a sua jornada com menos salas e, com isso, possibilitando aos outros a mesma dinâmica, facilitando a incorporação de mais professores ao quadro.

Quanto à rotatividade docente, a disciplina de Matemática apresentou menos da metade em 1997, um terço em 2000, mais da metade 2003 e, em 2006, a menor quantidade, apenas três docentes.

Observa-se que ocorreu uma oscilação entre os anos, embora em 2000 e 2003 os números de professores ingressantes fossem iguais, a rotatividade variou. Constata-se que, em Língua Portuguesa, nos anos de 2000 e 2003 que a quantidade de ingressantes foram iguais entre si e, também, apresentaram variação na permanência dos professores ao final do ano letivo.

Por fim, observa-se a disciplina de Química na tabela abaixo.

Tabela 19 – Permanência dos professores de Química por ano

Anos	Nº de Professores ingressantes	Nº de professores remanescentes	Índice de professores remanescentes
1997	4	4	100,0
2000	2	1	25
2003	5	4	100,0
2006	4	3	75

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das análises dos Livros-Ponto docentes entre 1997 e 2006.

O número de professores de Química se assemelhou a média da maioria das outras disciplinas, com exceção das que se destacaram nesse aspecto e anteriormente observado, apresentando ligeira rotatividade docente dessa disciplina em 2000, 2003 e 2006, mediante a saída de um único professor em cada um dos anos citados. Embora haja alteração no índice dos professores remanescentes nos anos de 2000 e 2006.

Também foi observada a disciplina de Sociologia, que apenas é encontrada em 1997, na qual não há mudanças em 2006, com alteração em metade dos professores.

Por meio da análise dos dados apresentados nas tabelas comentadas anteriormente, acredita-se ser possível responder às questões anteriormente propostas, ampliando, assim, a compreensão das formas pelas quais a rotatividade docente se manifestou na escola investigada entre 1997 e 2006.

Em 1997, das treze disciplinas da grade, incluindo Sociologia, não apresentaram rotatividade docente as seguintes: Artes, Biologia, Ciências, Física, Geografia, História, Química e Sociologia. Em contrapartida, o fenômeno da rotatividade docente se manifestou com a mudança de um pouco mais de um quarto dos professores de Língua Portuguesa durante o ano letivo, quase metade dos de Inglês e de Matemática e metade de Educação Física e de Filosofia. Vale salientar que essa última disciplina é responsável por uma pequena quantidade de professores da instituição – o menor número encontrado e que é apresentado também por Artes, Física e Sociologia. Também é importante notar que, em Língua

Portuguesa e Matemática, cujos professores são mais numerosos, a rotatividade docente é inferior proporcionalmente a outras disciplinas.

Já em 2000, foi possível constatar que a rotatividade atingiu os professores de quase todas as disciplinas, com exceção de Biologia e Física, responsáveis por pequeno número do corpo docente. Nas outras disciplinas, o nível de rotatividade docente variou independentemente da sua representatividade na composição do quadro de professores da instituição: Matemática, que possuiu o maior número de professores com 20% do total, apresentou como número de rotatividade 5; Ciências, com 7% do total de professores, quatro docentes. História é a disciplina com o maior número de rotatividade (8), Geografia (4), Inglês, Química e Artes com a metade do número de docentes cada, Filosofia (1), Língua Portuguesa, que representou 16% do total de professores – a segunda maior quantidade de docentes – (5) e Educação Física (1). É possível notar semelhanças apenas entre os professores de Língua Portuguesa e Matemática, que possuíam as maiores quantidades e apresentaram números inferiores de rotatividade em relação História que possuía uma quantidade inferior de professores.

Em 2003, foram quatro disciplinas (das treze que compõem a grade) – Artes, Educação Física, Filosofia e Inglês – que não apresentaram rotatividade docente. Esta ocorreu, em contrapartida, em Biologia (1), Ciências (4), Ensino Religioso, que apareceu apenas nesse ano (1), Física (2), Geografia (1), História (2), Língua Portuguesa (4), Matemática (7) e Química (1). Têm-se, Matemática, como a disciplina que apresentou o nível mais elevado de rotatividade, bem como o maior número de professores ingressantes no ano.

Por fim, em 2006, das treze disciplinas que fazem parte da grade, novamente quatro não apresentaram nenhum nível de rotatividade docente – Biologia, Artes, Filosofia e Inglês – sendo que as três últimas repetiram o resultado de 2003. A maior rotatividade docente ocorreu novamente em relação a Língua Portuguesa (6) atingindo menos da metade dos professores, acompanhada por História e Ciências (4), Educação Física (3), Matemática (4), Química, Física e Geografia (1) – o mesmo número de Sociologia, que voltou à grade nesse ano

Considerando-se as informações do período investigado, pode-se afirmar que os índices de rotatividade docente não guardam quaisquer relações causais com os números que os professores responsáveis pelas diferentes disciplinas apresentaram

em relação à totalidade do corpo docente. Isto é, o nível de rotatividade independe da representatividade em termos numéricos dos docentes da disciplina nos quadros da instituição escolar, quase sempre determinada pela carga de cada uma delas na grade curricular. Desse modo, não se pode afirmar que, à medida que aumenta o número de professores de uma determinada disciplina, eleva-se o nível de rotatividade dos mesmos, a situação inversa também não foi verificada mediante a análise dos dados. A rotatividade docente, portanto, apresentou-se independentemente das características de cada disciplina e de sua participação na grade curricular.

No próximo capítulo, analisa-se a forma pela qual a rotatividade docente é vista por agentes que permaneceram na escola por longo tempo, podendo, portanto, avaliar as alterações decorrentes desse fenômeno na rotina da instituição, utilizando as entrevistas realizadas com a Diretora da Escola entre 1997 e 2003 e os três professores remanescentes do período investigado.

CAPÍTULO IV

A ROTATIVIDADE DOCENTE NA VISÃO DOS AGENTES ESCOLARES

Conforme já foi dito, optou-se por averiguar junto aos três professores remanescentes do período estudado aqui e à diretora de escola entre 1997 e 2003, como eles viam a rotatividade docente e o desenvolvimento do trabalho pedagógico nesse contexto, tendo em vista que, dependendo da forma como se manifesta tal situação, pode configurar-se como um constante desafio na vida desses profissionais. A realização dessas entrevistas tem a pretensão de melhor compreender esse fenômeno e de entrar parcialmente no mundo desses professores, ouvindo o que eles têm a dizer sobre essa questão. Isto porque, após a coleta e a análise dos dados quantitativos, algumas perguntas ainda instigavam, a saber: como os agentes escolares percebiam as constantes mudanças de professores em seu cotidiano? Em relação a isso, havia diferença entre o momento em que ingressaram na escola e o atual? Diante da rotatividade docente, como se organizava o trabalho pedagógico? E ainda, será que essa rotatividade docente provocava implicações no ambiente escolar? Segundo Pérez Gómez (1998, p. 103),

no âmbito social, tão importantes são as representações subjetivas dos fatos como os próprios fatos; ou melhor, os fatos sociais são redes complexas de elementos subjetivos e objetivos. Tão importantes são as características observáveis de um acontecimento como a interpretação subjetiva que os que participam no mesmo fazem.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa podem ser definidas como semi-estruturadas²¹ e o seu conteúdo foi analisado tendo em vista quatro eixos:

- O início na profissão e a chegada na escola;
- A percepção sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola;

²¹ A escolha de trabalhar com entrevistas semi-estruturadas deve-se ao fato de essas se situarem no meio termo entre as entrevistas estruturadas e as não estruturadas. Uma vez que se procura compreender as representações dos agentes escolares com relação a um fenômeno específico, esse método é o mais adequado pela limitação do espectro estudado, bem como pela liberdade que oferece. Para maiores esclarecimentos a esse respeito, consultar Januário (1996).

- A percepção sobre a precariedade ou decadência nas condições de trabalho;
- A percepção sobre a rotatividade docente e suas implicações.

4.1 O início na profissão e a chegada na escola

O início na profissão dos professores entrevistados deu-se por vários motivos, desde um simples convite para ficar ministrando temporariamente algumas aulas até a escolha por um curso de licenciatura. Para o professor 1, a entrada no magistério foi totalmente acidental:

Eu estudava no segundo ano de Física na Universidade de São Paulo, e eu jogava xadrez praticamente todo dia. Eu tinha um companheiro, o professor S.B. Ele me convidou para vir a Franco da Rocha, que ele lecionava aqui, para terminar uma partida inacabada na hora do almoço. Eu vim para cá jogar xadrez com ele, e enquanto eu aguardava para nós terminarmos a partida, é... não havia professor de Química. E alguém pediu que eu ficasse lá nas salas de aula, conversando com os alunos, para não ficar o aluno ocioso. Dessa forma eu comecei, no dia 11 de maio de 1970, a ter o primeiro contato com o magistério, sem nenhum compromisso. Eu estava apenas aguardando ele terminar as aulas, para nós terminarmos a partida de xadrez. (Professor 1)

Isto também aparece no depoimento da Professora 3:

Foi meio na oba-oba, porque na verdade eu queria ser bióloga, e aí apareceu [...] Foi bem casual. Apareceram umas aulas para dar – era um farmacêutico até, que queria deixar as aulas, me ofereceu -, eu acabei indo, e acabei abraçando a profissão... Foi meio casual, não era a minha intenção. (Professora 3)

Já o professor 2 associa a escolha pelo curso de matemática à sua trajetória escolar:

Concluí o terceiro grau, fiz o curso de Matemática e o que me levou à escolha desse curso foi a dificuldade que eu encontrei no curso ginasial e de segundo grau. De tanto estudar, acho que acabei

tomando gosto pela coisa. Um outro fator seria gostar de crianças, de trabalhar com crianças. (Professor 2)

A ex-diretora, por sua vez, também ressalta que o seu interesse pelo ensino existe desde os 18 anos de idade:

- Leciono desde os 18 anos, comecei a lecionar música, era estudante de música e depois optei por fazer uma Licenciatura em Artes, fui professora de Educação Artística e desde 1987 estou na direção de escola e gestão escolar. (Ex-Diretora de Escola)

Pelos depoimentos, pode-se notar que, para alguns desses professores, o ingresso no magistério não foi planejado, ocorreu de forma aleatória, devido ao gosto pelo jogo de xadrez, o qual poderia ser exercido em outros ambientes ou ter levado a outros caminhos profissionais.

Para a maioria desses agentes escolares, o momento da chegada à escola não representa algo aleatório em suas carreiras, mas é fruto da experiência adquirida em outras instituições:

Antes de ir para o Befama, já tinha experiência de gestora em outras escolas, fui para o Befama em 1997, já tinha 10 anos como diretora, passei por duas escolas em Morato (município de Francisco Morato, grande São Paulo), e uma em Franco da Rocha, fui diretora do Lago Azul (bairro de Franco da Rocha), EE Jose Augusto Moreira; onde também tive uma experiência muito interessante. (Ex-Diretora de Escola)

Eu iniciei no Adamastor Batista, em Franco da Rocha, que é uma escola estadual. (Professor 2)

Comecei no Joaquim Osório, depois vim para o Cambiaghi, depois vim para cá, e estou aqui até hoje. (Professora 3)

Somente o Professor 1 tem a sua primeira experiência docente, simultaneamente ao seu ingresso no magistério:

eu vou completar 57 anos de idade, e eu estou aqui desde os vinte anos. São trinta e sete anos lecionando Física, Química, Matemática, na mesma escola. Sempre foi uma só: a Escola Benedito Fagundes Marques, BEFAMA, em Franco da Rocha. (Professor 1)

Por esses depoimentos, também é possível observar que a rotatividade e a itinerância estão presentes na vida desses agentes escolares, desde o seu início no magistério e após um certo tempo, quando já se encontram numa “fase de estabilização” segundo Huberman (1995). No eixo a seguir, será analisada a percepção desses agentes acerca do trabalho realizado na escola.

4.2 A percepção dos agentes escolares sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola

Referências a interrupções e conflitos se fizeram presentes na análise que alguns entrevistados fizeram do desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola. Tais interrupções e conflitos podem estar relacionados às situações de rotatividade e ou de precariedade nas condições de trabalho, mas isso parece não ter sido dominante na forma como eles vêem a relação estabelecida entre as pessoas ou grupos, existem ocasiões em que há avanços e conquistas e, pelos depoimentos, vê-se que alguns encontram sentido naquilo que estão ajudando a fazer.

Para a Ex-Diretora, o desenvolvimento do trabalho, envolvendo tanto a parte pedagógica quanto a administrativa, significa um **grande desafio** a ser enfrentado devido à maneira pela qual a escola é vista na cidade:

O Befama era um desafio, era uma grande escola, escola que eu estudei, que também lectionei, cheguei no Befama e ainda convivi com os meus ex-professores, enquanto professor. (Ex-Diretora de Escola)

Esse entendimento também é de um outro professor, o qual descreve a escola num tempo bem anterior ao da chegada dessa Diretora, como uma unidade escolar com qualidade e público superior as demais:

Os alunos eram extremamente maduros. Eu era [...] Por exemplo, aos vinte anos de idade, a maioria dos alunos do noturno tinha essa idade ou mais. De maneira que eu era o novato ali, no meio dos alunos. E era uma escola que tinha uma seriedade muito grande, tanto é que a gente lecionava até de sábado e domingo, de graça, por conta da afinidade que havia no ambiente. (Professor 1)

Feita uma breve análise da interpretação que os agentes escolares faziam dessa escola no passado e também em tempos recentes, averigua-se a seguir a percepção que os agentes escolares possuem da organização do trabalho pedagógico nessa unidade de ensino:

Do ponto de vista da organização dos cursos: era também um momento de instabilidade, porque tinha sido Escola Padrão e sofreu todas essas experiências, era uma escola que tinha desde a primeira série do ciclo I até o Magistério, não sei precisar, mas em algum momento teve cursos técnicos. Então tudo era ali, todas experiências ocorriam nessa escola e nesse sentido havia uma procura da sua identidade. Na medida em que ocorre a reorganização do ensino a situação se define e ela passa a ser uma escola de ensino fundamental ciclo II e ensino médio, apenas. (pausa) e eu cheguei nesse momento. (Ex-diretora de Escola)

Ela continua, enfocando outros agentes escolares, o professor coordenador, os funcionários e os pais de alunos:

Eu acho que nos dois primeiros anos, foram de muitos conflitos. [...] muito, muito conflito, porque os interesses eram diferentes de cada grupo, a cada ano que passava você recebia novos professores e existia a necessidade da coordenação pedagógica da escola de se firmar enquanto parte da organização, que era uma coisa que não existia. Antes era centrado na pessoa do coordenador, na pessoa ... o coordenador do diurno não tinha um trabalho que interagia com o coordenador do noturno e nem com a direção. E as mães ... eram mães voluntárias, mas também tinha muito de voluntarismo, não é? “Hoje eu vou, amanhã não vou, sei lá o que” os funcionários sempre muito poucos, então tinha aquela situação de revezar coisas, horários. (Ex-Diretora de Escola)

No depoimento da Ex-Diretora, ela refere-se aos diversos grupos existentes na escola que são necessários para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, pais de alunos, professores, funcionários e os próprios alunos e, nesse **cenário**, ela diz que procurou propor compromissos como forma de obter garantias e respaldo, diante das pressões externas advindas da esfera governamental:

Diante daquilo tudo tinha uma outra peça no cenário. A reestruturação do governo que queria reduzir escolas, principalmente escolas noturnas e concentrar essas salas, essas turmas, em escolas centrais. Aí vem outra luta também ... para firmar qual seria nosso tamanho, nossa vocação. Também tem um trabalho com o

conselho de escola, com a comunidade, no sentido de construir, de mostrar que ela precisava participar do processo, mas que vc tem que dar condições para ela participar do processo, encher a escola de pais é uma coisa que não garante absolutamente nada, nenhuma interação e nenhuma garantia de que aquele pai vai te ajudar, se ele estiver lá sem objetivo, ele pode até atrapalhar. (...) a gente foi construindo (Ex-Diretora de Escola)

A Ex-Diretora encontrou a escola em meio a uma série de dificuldades e diz ter considerado o melhor caminho para solucioná-las: a organização do Conselho de Escola, para direcionar as tensões e obrigar a todos a colaborarem minimamente entre si. Nessa situação, chamada de **cenário** em outro trecho da entrevista, ela considera o corpo docente fundamental, responsabilizando-os pelas situações de aprendizagem e chegando a afirmar que, apesar do despreparo de alguns, o trabalho pode acontecer a contento, desde que haja empenho por parte dos professores:

O professor é muito despreparado [...] muito despreparado, e nesse sentido eu via o professor como vítima e ao mesmo tempo, como alguém que tem a obrigação de ensinar, ele é pago para isso, entendeu? Ele tem que resolver os problemas de aprendizagem dos alunos, ele é o adulto, ele é o cara que em tese foi preparado para isso [...] estudou para isso, tem obrigação de conhecer como funciona a cabeça de uma criança, de um adolescente e as reações que elas tem, não só do ponto de vista emocional, mas do aprendizado. Então, ao mesmo tempo em que eu sabia que o professor era despreparado eu também exigia muito, eu acho que exigia além do que ele podia me dar, mas o diretor também é despreparado, enfim, a escola é despreparada. [...] Mesmo sem organização a gente conversa muito na escola pública e é muito comum, iniciativa de professores que ao se relacionarem informalmente desenvolvem projetos. Isso é um fato, até porque nesse conjunto de professores despreparados têm pessoas que estudam, têm pessoas com consciência do seu despreparo (têm coisas muito legais) pessoas que às vezes não têm muito conteúdo, mas têm uma prática muito inovadora, coisa muito pessoal dele, muito criativa. (Ex-Diretora de Escola)

No entanto, a percepção que a Ex-Diretora de Escola tem do seu trabalho não a exime de responsabilidades diante dos docentes, pelo contrário, ela entende que a sua função é a de identificar e ampliar as experiências coletivas:

É uma sensação horrível (essa) da prática do gestor a que você nunca chegava e aquilo ia aumentando, aumentando; a experiência

vai ajudando vc a estabelecer outras estratégias do que é melhor para todos os problemas, identificar qual é o essencial e é nele que você foca [...] Então lá o professor conversa com fulano e, apesar de tudo, desenvolve uma experiência de duas salas, dois grupos, um terceiro vai sabendo, leva essa experiência, mas cabe ao gestor identificar isso, trazer essa experiência para o coletivo e propor para que ela seja ampliada. (Ex-Diretora de Escola)

Já os docentes entrevistados consideram que a organização do trabalho pedagógico está intimamente vinculada à atuação do Diretor de Escola :

Eu não vi, ao longo da minha carreira, grandes momentos de planejamento em conjunto. Eu não vi.

Houve uma época no BEFAMA, que uma professora, uma Diretora, que era professora da PUC de São Paulo, que tinha um embasamento teórico muito bom. Ela alavancou a escola. Mas ela não exercia a função de Diretora Administrativa, mas sim de Diretora Pedagógica. Eu tenho a impressão de que foi um momento desse. E posteriormente, recentemente, nós tivemos a professora Orquídea que também se preocupou com essa parte. (Professor 1)

Contei com a ajuda de muita gente, aqui no próprio BEFAMA, com a Dona M., diretora na época [...] Era muito mais centralizada na figura do diretor da escola. Ele gerenciava toda a escola, desde limpeza ao último escalão, que seria lá professor, pai de aluno e tudo mais. (Professor 2)

Com a Diretora Magnólia era meio bagunçado, [risos]. Você não tinha... Mesmo os direitos que a gente tinha, os deveres, não eram bem esclarecidos. Ficava meio jogado. Você não sabia direito o que você podia fazer, o que não podia, com que você podia contar.

Com a Diretora Orquídea não, as coisas parece que ficaram mais claras. Tinha organização para tudo, para a sala de vídeo, para... Principalmente na sala de vídeo, que eu usava bastante. Ela tinha lá a folhinha que a gente podia agendar. E também a informática. Cheguei a usar a sala de informática. Eu fiz aquele PEC para usar um software. Cheguei a usar. Era uma coisa nova que eu consegui aproveitar. E ela tinha uma dinâmica com os professores. Ela conseguia incentivar os professores. Às vezes também, não. Às vezes dava um pouco de ascensão para os alunos, e a gente ficava meio assim... Mas ela conseguia, a gente conseguia perceber que ela dava um valor para o trabalho do professor. Ela incentivava, tinha ordem, tinha disciplina. Os HTPCs eram... Nossa! Salas lotadas. E a gente discutia bastante. Nossa! Era enriquecedor mesmo. A gente conseguia aprender bastante nos HTPCs. (Professor 3)

No entanto, em outro momento de sua entrevista, a Ex-Diretora de Escola expressa que a condução do trabalho pedagógico é feita na escola pelos professores designados por ela como **âncoras** nesse processo:

*Eu tinha cerca de 60 a 70 professores, talvez uns 10 ou 12 efetivos, a maior parte em caráter temporário e tinha uma parcela de professores com blocos pequenos de aulas na escola. Não ficavam lá todos os dias, então eu diria que a escola tinha alguns **âncoras** por período, principalmente professor de português e de matemática, por período, por disciplina, algumas pessoas que agiam de uma forma e iam dando liga no trabalho pedagógico. (Ex-Diretora de Escola)*

Interrogada sobre quem seriam esses professores, ela responde:

Geralmente os professores que tem mais carga horária na escola, geralmente professores de matemática e português que tem mais carga horária, ou professores que, pela sua personalidade, de uma certa forma lideravam grupos. (Ex-Diretora de Escola)

Mediante a análise dos depoimentos constata-se que, na percepção dos docentes, é de responsabilidade do diretor de escola organizar ou permitir o desenvolvimento do trabalho pedagógico e, na percepção deste, o trabalho pedagógico somente pode ser construído por meio de um grupo organizado de professores, cabendo a ele facilitar o processo. Portanto, na percepção dos entrevistados verifica-se que a organização do trabalho pedagógico é vista como uma responsabilidade de seus próprios agentes, ou seja, interna à escola, sem nenhuma menção a outros agentes, como por exemplo, os supervisores de ensino que também atuam nesse cenário, como também externamente nem o dirigente regional de ensino que é o representante do governo estadual e deve zelar pela execução da política educacional estabelecida. No próximo eixo analisam-se as percepções dos agentes sobre as condições de trabalho na escola.

4.3 A percepção dos agentes escolares sobre a precariedade ou decadência das condições de trabalho

Nos depoimentos dos agentes escolares entrevistados, em diversos momentos revela-se uma percepção da precariedade nas condições de trabalho e da decadência que se instaurou na escola pública, ao se compararem as situações de aprendizagem do presente com as do passado. A contratação de um professor de física para lecionar uma outra disciplina se constitui num indício de precarização do trabalho pedagógico, conforme o depoimento do professor:

Eu fui convidado para voltar no dia seguinte, porque os alunos simpatizaram comigo. Eu tinha vinte anos de idade. O Diretor me convidou, para eu ficar ali improvisando, até que se providenciasse um professor, e isso não aconteceu, e eu fui colocado como professor. (...) Terminou o ano, eu gostei. E aí eu era da casa. Então a atribuição foi feita na própria escola para os professores da casa. Como eu era aluno de terceiro ano de faculdade, eu tinha que ter uma autorização do Delegado de Ensino. Essa autorização era um documento escrito que ele concordava que, embora eu fosse terceiroanista e a matéria continuava sendo Química, não havendo professor, então, em caráter excepcional, continuava lecionando. Mas não havia nenhum obstáculo para me contratar na escola a não ser essa autorização, que não era uma formalização muito grande. Bastava a palavra dele, ou um documento autorizando, pronto, acabou. Pode lecionar. (Professor 1)

Esse fato ocorreu há trinta e sete anos atrás. Constata-se que o fato de o professor se encontrar na condição de estudante de Física não o impediu de ser contratado para lecionar a título precário a disciplina de Química, necessitando apenas da concordância do diretor de escola. De lá para cá a situação agravou-se, conforme os depoimentos da ex-diretora:

É uma escola grande, mexia com a vida de muitas pessoas, a mudança natural de uma diretora já preocupa e a escola vinha de um processo de desgaste muito grande. A primeira impressão que tive foi muito ruim, do ponto de vista físico: era muito feia, muito quebrada, muito suja. A escola viveu a grande enchente de 87, aquilo foi uma coisa que a arrasou, antes ela era muito bonita, muito organizada. Aquilo tudo acabou com o prédio, ela foi muito mais atingida do que o Cambiaghi, (EE Prof. Domingos Cambiaghi e localiza-se ao lado do Befama) ela é mais baixa, então estava muito feia, degradada. (Ex-Diretora de Escola)

Ela também se refere às mudanças nos aspectos físicos e administrativos da UE:

Após a enchente de 87, a escola sofreu uma reforma, mas eu diria que foi no nível da maquiagem, entendeu? Ela não conseguiu se reestruturar enquanto instituição, documental, espaço, equipamentos [...] ela foi juntando materiais, equipamentos, que não tinham nenhuma organização nem condição de uso. Do ponto de vista dos professores: tinha também uma situação bem instável, porque é uma escola central, porque tinha muito ingresso de professores, o curso de magistério estava acabando, tinha professores que foram embora e ainda tinha professoras que eram efetivas, da época do ciclo I. Na minha gestão, ainda peguei dois anos com crianças nessa faixa etária e você tinha uma instabilidade muito grande do quadro de professores, porque eles estavam indo embora, alguns se aposentando, outros se removendo, procurando outras escolas que só tinham aquele nível de ensino e os outros procurando se acomodar à nova carga horária que a escola oferecia. (Ex-Diretora de Escola)

Nos depoimentos dos professores entrevistados, observa-se que eles percebem a precariedade nas condições de trabalho, mesmo quando se referem à sua condição de iniciantes, sem deixar de ressaltar que algumas condições têm se agravado com o passar dos anos:

O professor tinha que trabalhar de manhã, tarde e noite, para completar sua carga. E depois assumir essas aulas aplicadas. E a gente não tinha um perfil definido para esses cursos. Era uma teoria que não tinha muita fundamentação, não tinha muito respaldo. No fim, você acabava dando o tradicional mesmo. Não havia um programa específico para isso. [...] Depois começaram as propostas curriculares, num caderninho verde, pequeno, que a gente tem até alguma unidade guardada disso, enfocando mais, direcionando mais as disciplinas para o perfil profissional. Mas não houve uma preparação docente para isso. Apenas a documentação que era encaminhada para a escola, e você tinha acesso àquilo lendo. Mas não havia uma prática, uma capacitação, que a gente pode até chamar de treinamento, para trabalhar isso. (Professor 1)

Eu acho que toda mudança sócio-econômica que ocorreu de lá para cá: a saída do pai e da mãe de casa para o trabalho, para poder sustentar a família. O professor passou a ter uma nova situação. Ele, além de trabalhar conteúdos curriculares, tinha que estar exercendo algumas outras funções: de psicólogo, de pai, [...] O que não seria o ideal de estar acontecendo. (Professor 2)

No entanto, ao serem indagados sobre como viam o seu próprio trabalho e o dos colegas, ao longo de suas carreiras, foi possível notar uma percepção segundo a qual a precariedade nas condições de trabalho advêm de políticas públicas inadequadas:

O BEFAMA perdeu o seu status de uma escola séria ao longo do tempo. E eu diria que começou mesmo no Governo Maluf, que eu não simpatizo com ele, nunca simpatizei. Mas dali para frente, a coisa decaiu. E toda escola do Estado, inclusive a nossa, começou a perder a sua essência. [...] nós começamos a receber alunos de todos os bairros da cidade, já que é uma escola central. [...] como eu permaneci nessa escola durante esse tempo, de 1970 até 2006 - houve uma mudança muito grande no tipo de aluno que nós tivemos ... nós começamos a receber alunos de periferia, alunos de bairros distantes Então os alunos da periferia começaram a vir de todos os lugares, trazendo consigo os seus costumes. E a escola começou, então, a trabalhar com aquela quantidade enorme de alunos, totalmente heterogêneos. Isso desvirtuou um pouco. Perdemos a noção de como administrar esse problema. E hoje a coisa continua. (Professor 1)

Naquela época ... era muito mais tranqüilo. As famílias eram mais bem agrupadas, os pais participavam muito mais de reuniões, de encontros, na própria APM. Era uma estrutura muito melhor do que a que nós temos hoje [...] Quando digo estrutura, digo num sentido de participação, de levar a sério aquilo que era desenvolvido, os projetos que se desenvolviam na época. Hoje não, surgem projetos relâmpagos, tanto por parte da escola como por parte do professor, como parte do Governo Estadual, da Secretaria de Educação, que não vão levar a muita coisa. Já naquela época não, eram coisas, projetos pensados, estruturados, com fundamentos, que tinham, mais adiante, uma meta a ser atingida. Hoje a gente vê que os projetos lançados são relâmpagos e não vão surtir efeito positivo nenhum. (Professor 2)

Verifica-se também, no depoimento do Professor 1, que as transformações sociais ocorridas nas últimas três décadas, principalmente o crescimento demográfico na região metropolitana de São Paulo, contribuíram, na sua percepção, para perdas na qualidade do ensino público. Semelhante percepção, possui o Professor 2 ao se referir à concepção de uma carência estrutural que a sociedade como um todo, e a escola, em particular, vão perdendo. No próximo eixo analisar-se-á a percepção dos agentes escolares sobre a rotatividade docente.

4.4 A percepção dos agentes escolares sobre a rotatividade docente e suas implicações

Nesse último eixo, analisa-se a percepção dos agentes escolares sobre o fenômeno da rotatividade docente e suas implicações no ambiente escolar.

No depoimento a seguir, observa-se que, na percepção da Ex-Diretora de Escola, a permanência de parte dos professores, de um ano letivo para outro, interfere ou, ao menos, propicia melhores condições pedagógicas para uma turma que enfrenta dificuldades:

Nós conseguimos atender uma turma do Mato Dentro (zona rural do município) que chegavam à 5ª série analfabetos. Esses alunos além de analfabetos eram mais velhos dos que o da série, tinha até de 16 anos, nos vimos diante de um problema muito difícil, muito grave, que não era possível de se resolver em um ano. Porque primeiro, tinha que alfabetizá-los e depois nós tínhamos que aproximá-los da série no qual eles estavam, sem criar a grande crise da reprovação, porque não sou a favor da reprovação [...] mas eu não sou contra a que ela seja reprovada. Bom, nós descobrimos que não era possível resolver num ano e nós conseguimos construir um projeto de trabalho onde eu consegui manter por três anos nessa turma, ao menos os professores de português e matemática. Eu acho que isso foi possível porque eles ficaram lá, é obvio que foi para duas turmas [...] se eu tivesse que fazer isso para muitas, não conseguiria. (Ex-Diretora de Escola)

Dando continuidade ao seu depoimento, ela define a rotatividade como um “cenário”, no qual não se tem muito a fazer, mas apenas administrá-lo numa situação designada como “limite da governabilidade do diretor”:

A rotatividade é cenário, não tem o que fazer pelo menos dentro do limite da governabilidade do diretor de escola, então dentro desse cenário a gente criou formas de conviver com isso, quando você fala dos âncoras [...] Eles conseguiam fazer o compromisso virar, de um ano para o outro, agora os novos que vinham [...] alguns se adaptavam, alguns respeitavam e alguns ignoravam [...] da a impressão de que você se acomodou, mas dentro da sua governabilidade você não pode esperar as coisas melhorarem para ter [...] agora! a diversidade também tem o seu lado positivo, às vezes era interessante ter gente nova na escola, com um certo percentual e dependendo de quem chegava, mas que grupos não mudam? Os alunos [...] os pais não mudam, eu [...] alguns

professores não mudam [...] então acho que dá para organizar um trabalho com esse grupo. (Ex-Diretora de Escola)

Porém, na sua percepção a rotatividade possibilitou uma diversidade positiva em determinadas situações, dependendo do docente que fosse fazer parte do grupo. No entanto, para a continuidade do trabalho continua a apoiar-se nos atores dos grupos que permanecem.

No depoimento do Professor 1, observamos que, ao falar sobre a situação atual de trabalho dos professores, ele vê a rotatividade como um problema e também possui a percepção de que o ingresso recente de docentes concursados não resolve o problema, apontando inclusive para aspectos que nos remetem ao estudo de Ferreira (2006) sobre o ingresso de docentes do concurso de 2003 que se deslocam de suas regiões de origem, em busca da estabilidade profissional:

Os professores, hoje, são professores – eu diria, na sua maioria – que ficam numa grande rotatividade. Não há um compromisso com a comunidade. A escola está desvinculada da comunidade. Não há um compromisso do quadro docente com a população e com a comunidade [...] Tanto é que o professor fica um ano. No ano seguinte ele já está fora, está em outro lugar. Nós recebemos recentemente muitos professores da região do norte do Estado, da região de Araraquara, de Votuporanga, Rio Preto. Uma grande parte dos professores que se formaram nessas regiões - talvez não tenha aula suficiente lá - vêm para cá. (Professor 1)

Esse professor também possui a percepção de que esses docentes, ao se deslocarem para regiões distantes das de origem, vivem em situação precária e disso resulta a falta de vínculo com os alunos, com a escola e com a comunidade:

Vão morar em pensão, vão morar em repúblicas, e no fim de semana eles vão embora para as cidades deles. Eles não compraram a idéia, não estabeleceram relações afetivas com a escola. A escola é um ganha-pão e só. Basta isso. Não estão preocupados se o aluno está aprendendo ou não está aprendendo. Mesmo porque, eles precisam pagar o aluguel, precisam comer, e ganham muito pouco [...] Ele tem os seus problemas ... de sobrevivência, de contas a pagar, e o dinheiro é curto ... Eles não se envolvem muito [...] Não têm nem tempo de comer, comem um lanchinho ali no bar. E daí eles já estão irritados e querem acabar logo a aula, para ir embora [...] O fim de semana para eles é o quê? “-Eu vou embora para a minha cidade do interior, que lá, pelo menos, eu vou descansar”. (Professor 1)

Ao serem interrogados sobre a permanência dos docentes na escola, os outros professores demonstraram ter a percepção da existência da rotatividade docente e suas implicações na escola:

Permaneciam mais tempo na escola e eram mais estáveis. Não havia uma rotatividade como existe hoje [...] Eu vejo como um grande prejuízo para a educação. Parece até um descaso com a própria educação. Isso em relação à questão imposta pelo Governo do Estado (Professor 2)

[...] Essa mudança não é legal [...] Você tenta desenvolver um trabalho coletivo. Naquele ano o pessoal começa a caminhar. Chega o outro ano, já muda tudo. Você vai ter que começar de novo. Você nunca consegue chegar, não consegue ir em frente [...] Se o corpo docente fosse sempre o mesmo, acredito que esse trabalho coletivo seria bem melhor. (Professor 3)

Nos depoimentos acima, observamos que, para o Professor 2, a rotatividade docente está relacionada a uma negligência por parte do poder público e, para o Professor 3, essa se constitui como um impedimento na realização do trabalho pedagógico. Também é essa a percepção do Professor 2:

Eu não tenho dúvida de que, de uma forma infinitamente grande, isso influencia negativamente. A questão da alteração dos professores, mudanças de professores, trocas, acabam impedindo, dificultando uma continuidade do trabalho pedagógico. Fica humanamente impossível fazer-se algo dentro da escola nessa situação [...] A permanência do profissional de educação na escola seria um facilitador para que se pudesse desenvolver um bom trabalho [...] seria um fator colaborador. (Professor 2)

Porém, esse professor possui o entendimento de que a solução para o problema da rotatividade docente reside em investimentos na carreira do magistério, tais como:

Diminuição de carga horária, valor hora/aula diferente do que se tem hoje, formação contínua do professor ... oferecer cursos ... Seria realmente de formação, de continuidade de estudo. O camarada tem a graduação, ele vai ter oportunidade de um acesso mais facilitado para um mestrado, para um doutorado, para que ele possa realmente ter uma carreira dentro do magistério, que prenda essa pessoa no magistério, e que ele sinta gosto em ver essa evolução, não só financeiramente, mas culturalmente. E poder, lógico, retribuir tudo

isso para as outras pessoas com as quais ela vai estar lidando [...] Teria essa possibilidade e com isso tudo, acredito eu, um pequeno sinal de melhora em longo prazo. (Professor 2)

Uma vez que esse professor apontou para a elaboração de políticas públicas, a fim de combater essa situação de precariedade no trabalho docente, foi-lhe pedida a sua opinião sobre a existência do direito que os professores efetivos têm de se remover, porque, conforme os dados apresentados no capítulo anterior, a categoria dos efetivos é a que menos permaneceu na UE:

Eu acredito que o direito de ir e vir deve existir. Agora, deveria se pensar na questão do concurso regionalizado. Seria uma forma de ter as pessoas daquela região, trabalhando naquela região, o que levaria também a uma melhora para aquela comunidade ali. Eu acredito nessa opinião. Da forma que está hoje as pessoas realmente ingressam distantes de casa. Quando têm a oportunidade de retornar para uma proximidade maior, lógico que elas vão retornar. Não podemos negar esse direito a elas, que existe. Mas não é o ideal. (Professor 2)

Não poderia terminar esse tópico sem considerar um outro depoimento da Ex-Diretora de Escola que, no meio desse **cenário**, segundo suas próprias palavras, demonstra perseverança e atribui ao administrador escolar (gestor) a responsabilidade em conduzir a embarcação (escola) e seus tripulantes (alunos e professores) rumo a um objetivo em comum:

Porque o resultado positivo vai dando vontade de ficar junto, acho que é a grande conquista de um grupo, de uma escola. O bom professor pode ir embora da escola se ele não encontrar ali um espaço para trabalhar, então o gestor precisa olhar para tudo isso e conduzir os grupos às situações para que as pessoas mantenham um objetivo comum. Você não pode sair da sua casa sem lembrar que o outro saiu também com uma idéia e o grande lance é a gente juntar essas coisas. (Ex-Diretora de Escola)

Assim, conclui-se que, na percepção dos agentes escolares entrevistados, a rotatividade docente é entendida como um fator que dificulta a organização do trabalho pedagógico ao não permitir a continuidade dos trabalhos que são iniciados, nem posterior aperfeiçoamento dos que são realizados. Alguns desses agentes acreditam que a rotatividade docente existe devido à negligência do poder público

no estabelecimento de melhores condições de trabalho, e outros a entendem como circunstâncias do cotidiano escolar e que suas ações se não podem extingui-las, ao menos possam amenizar os seus efeitos negativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se investigar como a rotatividade docente se manifesta numa escola da rede estadual de ensino, evidenciando os seus vínculos com os diferentes estatutos profissionais do magistério e as disciplinas lecionadas, apresentando, ainda, a percepção de alguns agentes escolares sobre essa questão. Como não existem dados sistematizados (e conhecidos) sobre a permanência ou não dos professores na escola, bem como o seu destino ao efetuarem a troca de local de trabalho, procurou-se por uma metodologia que garantisse fidelidade aos objetivos desta pesquisa. O caminho encontrado foi registrar a permanência dos docentes durante o ano letivo e de um ano para outro mediante o exame do Livro-Ponto docente. Desse modo, foi possível verificar os níveis de rotatividade apresentados pelo corpo docente da instituição investigada considerando as diferenças em relação ao estatuto profissional da categoria e as disciplinas ministradas.

Esta pesquisa revelou que os professores estáveis entre os anos de 1997 e 2003, foi o segmento que apresentou a menor rotatividade e também o que era constituído pelo menor número de professores em relação ao total dos docentes. Contrariando o senso comum de que a estabilidade no emprego ocasiona a permanência, verificou-se, na escola pesquisada, que os docentes efetivos – o segundo maior grupo de professores - apresentaram os maiores percentuais de rotatividade docente entre os anos de 1997 e 2006. Já os professores temporários (OFAs) – durante o período estudado, o maior grupo de professores - apresentam o segundo maior percentual de rotatividade docente, porém significativamente menor em determinados anos em relação aos efetivos. Esse segmento da categoria não possui estabilidade no emprego e, a cada ano letivo, passam por um novo processo de atribuição de aulas, cujo critério é a pontuação por tempo de serviço.

Essa pesquisa não tinha por objetivo investigar os motivos da não permanência dos docentes na escola, mas no decorrer da coleta de dados verificou-se, por meio das informações contidas no Livro-Ponto, que a não permanência do professor durante o ano letivo dava-se por motivos de licença médica, licença gestante e, mais raramente, pela solicitação de dispensa das aulas por parte do professor.

Nos estudos realizados por Ferreirinho (2004) e Ferreira (2006), foi possível encontrar alguns dados que contribuem para explicar a não permanência dos docentes efetivos na escola. Segundo Ferreirinho (2004), algumas professoras, ao ingressarem em determinadas escolas localizadas em áreas vulneráveis e distantes da periferia da capital e da grande São Paulo já pensavam em sair, buscando outras mais próximas de suas residências ou com melhores condições de trabalho, essas UEs são designadas como “escolas de passagens”. Ferreira (2006), ao investigar as características dos professores de História da rede estadual de ensino, ingressantes por meio do concurso realizado em 2003, chama a atenção para o deslocamento para regiões distantes a que parte desses professores é sujeita para se efetivar.

Atribuir a rotatividade docente identificada na escola pesquisada ao fato de ela ter se tornado uma “escola de passagem”, porque se localiza num município da Grande São Paulo e apresenta, no período estudado, o maior percentual de rotatividade entre os professores efetivos, pode constituir uma conclusão precipitada que não permite uma compreensão mais acurada desse fenômeno. Nesse sentido, vale ressaltar a contribuição do trabalho realizado por Sampaio e Marin (2004) que compreende a rotatividade docente como uma das facetas da precarização do trabalho docente relacionada à deteriorização das condições de trabalho.

Na tentativa de conhecer a opinião daqueles que experimentam cotidianamente em suas escolas essas facetas de precariedade em seus trabalhos, realizou-se entrevistas com os três professores remanescentes do período pesquisado e com a diretora de escola entre os anos de 1997 e 2003. Constatou-se, assim, que, para eles, a rotatividade docente se apresentava como algo prejudicial à escola, bem como à continuidade do trabalho pedagógico entre um ano letivo e outro. Verificou-se, também, que, para alguns deles, a rotatividade docente requer por parte do Poder Público a elaboração de políticas públicas que enfrentem a situação sem, no entanto, alterar direitos já conquistados e devidamente normatizados pelos órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

CATANI, D.B. e VICENTINI, P.P. 2004. Lugares sociais e inserção profissional: o magistério como modo de vida nas autobiografias de professores. In: ABRAHÃO, M.H.M.B. (org). *A aventura (auto) biográfica – teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

CAVACO, Maria Helena. 1999. *Ofício do professor: o tempo e as mudanças*. In: Antonio Nóvoa (org). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.

CHAKUR, C.R.S.L.; DIAS DA SILVA, M.H.G.F. O ensino de 5^a a 8^a séries: pistas para a compreensão da escola pública. *Boletim do Departamento de Didática: a situação de ensinar e aprender*. Araraquara, ano IX, n. 6, 1990. p. 29-40.

COSTA, José Cícero da. 1999. Dos concursos públicos e da política de recrutamento de professores do ensino fundamental, no município de São Paulo. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.

CRESPO, Antonio Arnot. 2002. *Estatística fácil*, São Paulo, Saraiva, p. 161.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, 04/02/2007, p. C9.

FERREIRA, Marcos Paulo. 2006. Concursos, ingresso e profissão docente: um estudo de caso dos professores de história (São Paulo, 2003-2005). Dissertação de Mestrado. PUCSP, São Paulo

FERREIRINHO, Viviane Canecchio. 2004. *Começar de novo: práticas de socialização do professor em início de carreira*. Dissertação de Mestrado. PUCSP, São Paulo

Folha de São Paulo, Editorial, 08 de novembro de 2005

FORTUNATO, Maria Pinheiro. 1998. O desafio da gestão participativa na escola pública no estado de São Paulo e o desencontro do sistema central burocratizado, Dissertação de mestrado, PUC-SP.

GHANEM, Elie. 2004. *Educação escolar e democracia no Brasil*, Belo Horizonte, Autêntica/Ação Educativa.

GOMES, L.R. 1998. Políticas de seleção de professores: estudo sobre os concursos públicos para o provimento de cargo de professor I da rede estadual paulista na década de 80. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.

HUBERMAN, Michael. 1992. O ciclo de vida profissional de professores. In: NÓVOA, Antonio (org). *Vidas de professores*. Lisboa, Porto Editora, p. 31-61.

JANUÁRIO, C. 1996. Métodos de investigação no pensamento do professor. In: JANUÁRIO, C. 1996. *Do pensamento do professor à sala de aula*. Coimbra, Livraria Almedina, p.51-65.

PEREIRA, Luiz. 1969. *O magistério primário numa sociedade de classes*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

PÉREZ GOMEZ, A.I. 1998. Compreender o ensino na escola: modelo de investigação educativa. In: GIMENO SACRISTÁN, J. e PÉREZ GOMEZ, A. I. 1998. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre. ArtMed, 1998, p.99-118.

REIS, Roseli Regis dos. 2006. O professor do Ensino Médio Público Estadual de Santos (SP), sua formação e seleção. Dissertação de Mestrado, PUC-SP.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. MARIN, Alda Junqueira. 2004. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n.89, p.1203-1225.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Estatuto do Magistério Paulista: Legislação Regulamentadora e Suplementar, 1998, 3ª ed. pp. 168-178.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. 2005. DRHU, Cargos S.E. contingente ativo da rede estadual de ensino. Quadro disponível na Internet: http://www.drhu.edunet.sp.gov.br/Equipe_ass_tec_1/2_eplquad_0705.doc. em 23 de set. 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação. 2006. DRHU, Cargos S.E. contingente ativo da rede estadual de ensino. Quadro disponível na Internet:

http://www.drhu.edunet.sp.gov.br/Equipe_ass_tec_1/2_eplquad_0705.doc. em 22 de fev. 2006.

SÉRON, A.G. 1999. Professorado, Educação e Sociedade: enfoques teóricos e estudos empíricos em sociologia do professorado. In: VEIGA, I.P.A. e CUNHA, M.I. (Orgs.) 1999. *Desmistificando a profissionalização do magistério*. Campinas, Papirus, p.31-66.

SIQUEIRA, Valfredo Alves. 2006. *O recrutamento e a seleção dos professores pós-municipalização do ensino na cidade de Jundiaí – São Paulo*. Dissertação de Mestrado, PUCSP.

STEVENSON, W. J. 1981. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo. Harbra.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. 1988. Política e administração de pessoal docente (um estudo sobre a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo), Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/USP.

VÉRAS, Sonia Carvalho Leme Moura. 2002. O papel da gestão escolar no controle da rotatividade do quadro docente na escola pública do Distrito Federal, Dissertação de mestrado, Departamento de Educação da Universidade Católica de Brasília.

WALLER, Willard. 1961. *The sociology of teaching*. New York, Russel & Russel, caps 1 e 2.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas semi-estruturadas

- 1 Qual a sua formação?
- 2 Há quanto tempo você trabalha nessa escola?
- 3 Como você veio trabalhar nessa escola?
- 4 Como era a escola quando você iniciou?
- 5 Fale sobre sua percepção da escola hoje.
- 6 Como você entende a situação do professor atualmente?
- 7 Como você entende o trabalho dos professores novos?
- 8 Fale sobre a sua concepção a respeito do trabalho pedagógico a ser desenvolvido pelas escolas.
- 9 Como se dá à relação com os outros professores nos momentos de trabalho coletivo?
- 10 Fale sobre sua percepção a respeito das constantes mudanças de professores durante o ano letivo e ao longo desses.
 - Identificação de mudanças
 - Impressões pessoais, julgamentos
 - Dimensão da rotatividade no cotidiano escolar.
- 11 Fale sobre a sua percepção a respeito da organização do trabalho pedagógico na escola.
 - Existência e o conceito de trabalho realizado (momentos em que isso pode ter acontecido, se somente nas HTPCs ou também em outras atividades).
 - Desenvolvimento de projetos, seu alcance e duração.
 - Interferência ou não da rotatividade docente e de gestores no desenvolvimento do trabalho pedagógico.
 - Percepção da precariedade do trabalho pedagógico devido à rotatividade ocorrida na escola.
- 12 Para você existe alguma relação entre a rotatividade docente e a organização do trabalho pedagógico na escola?

ANEXOS

ANEXO A – Manual de Preenchimento de Livro-Ponto dos Docentes

b) *Gala – 8 dias de 20/10/06 a 27/10/06.*

Campo 6 – Ausências

Este campo destina-se ao registro (**sempre em VERMELHO**) das ausências do mês, por aula e por Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo, bem como ao lançamento pela Escola Sede de Controle de Frequência, da totalidade das ausências na Unidade Escolar local e/ou nas outras unidades escolares, com o devido registro da natureza de cada falta. Exemplos:

a) *Professor Educação Básica II*

AUSÊNCIAS												
Aulas Unidade Escolar – Local								TOTAL			SALDO PENDENTE DO MÊS ANTERIOR	
1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	U.E. Local	Outras U.E.	Geral	NATUREZA	Saldo Pendente
5C	6A	7C	HTPC					4	-	4	A	
		5C						1	4	5	J	

b) *Professor Educação Básica I*

AUSÊNCIAS												
Aulas Unidade Escolar – Local								TOTAL			SALDO PENDENTE DO MÊS ANTERIOR	
1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	U.E. Local	Outras U.E.	Geral	NATUREZA	Saldo Pendente
			4ª B		HTPC			6		6	DS	

Subcampo: “Aulas / Unidade Escolar – Local”

Este subcampo destina-se à marcação de ausências por aula e deve ser utilizado o registro anotado no Campo 3 (Horário).

a) para o registro da ausência do PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA I é suficiente passar um traço no espaço correspondente às aulas, grafando sobre o mesmo a classe correspondente.

b) no caso de o PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA I, titular de cargo, possuir carga suplementar em classes/séries do Ciclo II do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, em turno anterior ao da regência de classe, deverá ser observada a disposição do quadro-horário.

c) para o PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA II, deverá ser grafada, na quadricula correspondente, a classe/turma em que o docente deixou de ministrar a aula.

Subcampo: “Total”

Registra-se, somente em horas, a soma das ausências do dia, nas colunas correspondentes (U.E. Local, Outras U.E.s e Geral).

Subcampo: “Natureza da Ausência”

Concretiza-se a “falta-dia”, para fins de contagem de tempo e desconto pecuniário, quando o docente deixar de cumprir a totalidade da jornada diária prevista.

O descumprimento de parte da carga horária diária de trabalho será caracterizado como “falta-aula”, a qual será, ao longo do mês, somada às demais para perfazimento da “falta-dia”, observada a tabela anexa, conforme as disposições do Decreto nº 39.931, de 30 /01/1995.

Observação: Para caracterização do limite previsto no anexo que integra o Decreto Nº 39.931, de 30/01/1995, serão consideradas as aulas e Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo.

Ocorrendo saldo de “faltas-aula” no final do mês serão elas somadas às que vierem a ocorrer no mês subsequente, sendo que, ao término do ano letivo, se o docente tiver saldo de “faltas-aula”, qualquer que seja o número das mesmas, este será convertido em “falta-dia”, a ser consignada no último dia de exercício do mês de dezembro.

Subcampo: “Saldo Pendente”

Informar neste campo a quantidade de aulas que o docente deixou de ministrar no dia, quando for menor que a sua jornada diária.

Subcampo: “Falta Médica Parcial”

Informar neste campo a quantidade de aulas que o docente deixou de ministrar de acordo com disposto na lei L.C. 883/2000.

Subcampo: “Saldo Pendente do Mês Anterior”

Informar neste campo a quantidade de aulas pendentes que o docente deixou de ministrar no mês anterior e que não foram utilizadas para perfazimento de falta dia.

ANEXO (Decreto nº 39.931/95)

Carga Horária semanal a ser cumprida na unidade escolar	Número de horas não cumpridas que caracterizam a “falta-dia”
1 a 7	1
8 a 12	2
13 a 17	3
18 a 22	4
23 a 27	5
28 a 32	6
33 a 36	7

As ausências deverão ser lançadas mediante utilização das seguintes convenções:

- A - Abonada
- J - Justificada
- I - Injustificada
- DS - Doação de Sangue
- AM - Artigo 1021
- LS - Licença-saúde
- LG - Licença Gestante
- LF - Licença/Família
- LP - Licença Prêmio
- F - Férias
- LC - Licença Compulsória
- LV - Licença sem Vencimentos
- SO - Serv. Obrig. por Lei
- SP - Suspensão
- G - Gala
- N - Nojo
- FM - Falta Médica

Campo 8 - Resumo Final

RESUMO FINAL			8
	SEM.	MENS.	
Jornada			
Carga Suplementar			
TOTAL GERAL			
LIMITE: ANEXO DECRETO Nº 39.931/95			

a) Neste campo deverá ser registrado o número de aulas semanais e mensais, correspondentes à jornada e à carga suplementar do docente titular de cargo ou à carga horária de trabalho do ocupante de função-atividade, com o respectivo total, incluídas as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo e as horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha;

b) no campo limite anexo Decreto nº 39.931/95, informar a quantidade de aulas que definem o limite para perfazimento da falta dia de que trata o citado decreto.

COORDENADORIA DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 1

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-12-2005

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Norte 1, com fundamento na Deliberação CEE 01/99, alterada pela Deliberação CEE 10/00 e à vista do Processo nº 001628/0010/2006, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado o funcionamento do Colégio da Paz, sito à Rua Raphael Di Sandro, nº 44, Vila Petrus, São Paulo, SP, mantida por Colégio da Paz Ltda.-ME, CNPJ 06.037.116/0001-81, com os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo estabelecimento de ensino ficam obrigados a manter adequados seu Regimento Escolar e Plano Escolar às instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal 9.394/96 e às normas dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região Norte 1, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

O Dirigente Regional de Ensino, com fundamento na Deliberação CEE 01/99, alterada pela Deliberação CEE 10/00 e

à vista do Processo nº 002269/0010/06, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - O colégio Batista Nações Unidas, Sítio a Avenida Guilherme Mankel, 382 - CEP 05176-000 - Vila Clarice - São Paulo - SP, mantido pela Colégio Batista Nações Unidas - Ltda. - ME, CNPJ 05.883.158/0001-80, autorizado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino publicado no D.O. 09/01/2007, passa a denominar-se Instituto Educacional Agnus Dei, doravante mantido pelo Instituto Educacional Agnus Dei Ltda. - ME, CNPJ 05.883.158/0001-80.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(Republicado por conter incorreções.)
O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Norte 1, com base no Decreto 39.902 de 01/01/95, na Resolução SE de 22/03/95, nos termos da Deliberação CEE 01/99, da Indicação CEE 01/99 e, à vista do que consta no processo nº 3238/0010/2006, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado o funcionamento para uso das novas dependências como extensão do prédio do Instituto Viniúcius de Moraes, sito à Rua Engenheiro Vileto Junior, 176, Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo, S.P., mantido pelo Colégio Viniúcius de Moraes S/C Ltda., CNPJ 59.486.803/0001-40.

Artigo 2º - O responsável pelo estabelecimento fica obrigado a manter adequados seus Regimento e Plano Escolar às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal nº 9394/96.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino Norte 1, responsável pela supervisão da escola, fiscalizará o fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria e proporá, em

ANEXO B – Grade Curricular do Ensino Fundamental – Ciclo II – Diurno – 2007



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO DA REG. METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO
 DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAIEIRAS

Escola Estadual Benedito Fagundes Marques

Fundamento Legal de Criação e Funcionamento: Lei 3755 DOE - 27/01/57

CURSO: ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II - 5ª A 8ª SÉRIES- DIURNO- 2007

Fundamentação Legal: LDBEN-Lei 9.394/96 Alterada pela Lei 10.793 de 01/12/2003, Deliberação CEE 20/97 e Resolução S.E. 11/2005, 15/2005, 16/2005,02/2006

Módulo: 40 semanas/ANO Carga Horária: 6 horas/dia - 27 horas/semana - 1.080 horas/ANO

Para as turmas de 8ª série a carga horária teve acrescida 01 hora semanal no Componente Curricular de Ensino Religioso conforme artigo 1º da Resolução S.E. 21/2002

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA													
	5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		NO ANO		NO CICLO II			
	NA SEMANA	NO ANO	NA SEMANA	NO ANO	NA SEMANA	NO ANO	NA SEMANA	NO ANO	NA SEMANA	NO ANO	NA SEMANA	NO ANO		
BASE COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	960
	HISTÓRIA	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	480
	GEOGRAFIA	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	480
	MATEMÁTICA	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	960
	CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	3	120	480
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	320
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	320	
TOTAL DA BASE COMUM	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	4000	
PORTE DIVERSIFICADA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	320	
ENSINO RELIGIOSO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	40	40	
TOTAL GERAL	27	1080	27	1080	27	1080	27	1080	27	1080	28	1120	4360	

Aprovada pelo Conselho de Escola em ___/___/___

local/data - Franco da Rocha, 19 de dezembro de 2006.

PELA HOMOLOGAÇÃO:

___/___/___

Diretor de Escola

Supervisor de Ensino

ANEXO C – Grade Curricular do Ensino Médio – Diurno – 2007



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 COORDENADORIA DE ENSINO DA REG. METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO
 DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAIEIRAS

Escola Estadual Benedito Fagundes Marques

Fundamento Legal de Criação e Funcionamentt Lei 3755 - DOE 27/01/57

CURSO: ENSINO MÉDIO - DIURNO- INÍCIO 2007

Fundamentação Legal: LDBEN-Let 9.394/96 Alterada pela Lei 10.793 de 01/12/2003, e Resolução S.E. 06/2005

Módulo: 40 semanas/ANO Carga Horária: 6 horas/dia - 30 horas/semana - 1200 horas/ANO

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA						
	1ª série		2ª série		3ª série		
	2.007	2.008	2.008	2.009	2.009	NO CURSO	
	NA SEMANA	NO ANO	NA SEMANA	NO ANO	NA SEMANA	NO ANO	
BASE COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	5	200	5	200	6	240
	HISTÓRIA	3	120	3	120	3	120
	GEOGRAFIA	3	120	3	120	3	120
	MATEMÁTICA	5	200	5	200	5	200
	FÍSICA	2	80	2	80	3	120
	QUÍMICA	2	80	2	80	2	80
	BIOLOGIA	2	80	2	80	2	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	80	2	80	2	80
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	80	2	80	0	0
	TOTAL DA BASE COMUM	26	1040	26	1040	26	1040
PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	2	80	2	80	2	80
	FILOSOFIA	2	80	2	80	0	0
	SOCIOLOGIA	0	0	0	0	2	80
TOTAL GERAL	30	1200	30	1200	30	1200	
							3600

Aprovada pelo Conselho de Escola em

local/data - Franco da Rocha, 19 de dezembro de 2006

PELA HOMOLOGAÇÃO:

_____/_____/_____

 Diretor de Escola

 Supervisor de Ensino